

CADERNO DE TEXTOS PARA ESTUDOS E DEBATES

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

LEMA: MARGARIDAS SEGUEM EM MARCHA POR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM DEMOCRACIA, JUSTIÇA, AUTONOMIA, IGUALDADE e LIBERDADE

EIXO 1 – SOBERANIA ALIMENTAR

EIXO 2 – TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA

EIXO 3 – SOCIOBIODIVERSIDADE E ACESSO AOS BENS COMUNS

EIXO 4 – AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA

EIXO 5 – EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA E SEXUALIDADE

EIXO 6 – VIOLÊNCIA SEXISTA

EIXO 7 - DIREITO À SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS

EIXO 8 – DEMOCRACIA, PODER E PARTICIPAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Queridas companheiras e companheiros! A Marcha das Margaridas 2015 já começou! Em todas as partes de nosso país se pode observar a marcha acontecendo em sua essência mais profunda, que é o despertar para a luta de inúmeras mulheres que se reúnem, mobilizam, planejam e discutem a realidade, suas necessidades e anseios, nas comunidades e municípios, regiões e estados, em todo o país. Sob o lema “**Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade**” as mulheres estão nas ruas mais uma vez para protestar contra as desigualdades sociais; para denunciar todas as formas de violência, exploração e dominação e apresentar propostas para avançar na construção da democracia e da igualdade para as mulheres.

Apresentamos a vocês o Caderno de Textos para Estudos e Debates com o objetivo de contribuir neste processo de reflexão crítica e construção da Marcha das Margaridas de 2015 desde a base, com o pé da terra e na força das florestas e das águas. Este material deve ser um apoio para a identificação e tradução dos problemas e desafios que hoje se colocam na vida das mulheres em propostas de mudanças. Esse é o momento para que juntas, nós mulheres, possamos consolidar parcerias e fortalecer nossa capacidade organizativa, definindo estratégias de incidência política e estabelecendo com quais espaços da sociedade dialogaremos e que batalhas travaremos para garantir uma vida digna para todas as mulheres.

As contribuições aqui apresentadas são resultantes da luta construída coletivamente pelas várias organizações e movimentos de mulheres que compõe a Marcha das Margaridas, traduzidas avanços e desafios que foram identificados nos processos de organização e reflexão das Marchas das Margaridas a partir do cotidiano das mulheres e da nossa luta unitária e feminista. Portanto, esse Caderno de Textos sintetiza uma profunda análise coletiva da realidade que hoje desafia a vida das mulheres, apresentando algumas conquistas que resultam destas lutas, além de apontar desafios a serem enfrentados de maneira estratégica no próximo período.

Por isso, é fundamental que os debates que vocês estão realizando em todas as atividades da marcha, desde as reuniões em suas comunidades, sindicatos, municípios ou estados, sejam cuidadosamente sistematizados (sugestão de planilha no anexo I deste caderno) e enviados às coordenações estaduais da marcha. Além de registrar a beleza e a força de cada uma destas ações, com materiais (fotos, vídeos, depoimentos, etc.), estas contribuições deverão fortalecer a identificação da pauta municipal, estadual, regional e nacional da Marcha das Margaridas 2015, fortalecendo a nossa articulação e a visibilidade das ações realizadas. Contamos com sua colaboração para dar voz a todas as margaridas do campo, da floresta e das águas.

Em 2015, nós, Margaridas de todos os cantos do país, vamos juntar toda nossa esperança e o nosso compromisso com a transformação e, com ousadia, mostrar à sociedade e ao Estado a que viemos, convocando todas as mulheres trabalhadoras do nosso País a darem o próximo passo. Vamos ocupar as ruas, nossos municípios, capitais, e Brasília, acreditando que é possível construir um Brasil soberano, sustentável, mais democrático, justo e igualitário na cidade e no campo, mostrando que sendo milhares, não estamos sós, que nenhuma de nós está sozinha e que juntas seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Junte-se a nós! Mobilize outras mulheres!

Venha fazer parte da luta das Margaridas!

Alessandra da Costa Lunas

**Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG
e Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas**

CONHECENDO A MARCHA DAS MARGARIDAS

NOSSA HISTÓRIA

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de movimentos feministas e de mulheres do Brasil.

Realizada a partir do ano 2000, tem revelado grande capacidade de organização e mobilização. Seu caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, tornou-a amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil.

Com o lema “2000 Razões para marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, a primeira Marcha das Margaridas foi construída em adesão à Marcha Mundial das Mulheres e realizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa Marcha teve um forte caráter de denúncia do projeto neoliberal, quando as trabalhadoras rurais apresentaram para o governo sua pauta de reivindicações para negociação. A experiência acumulada, desde então, possibilitou a ampliação das Marchas seguintes, de modo que grande parte destas reivindicações voltou a integrar a pauta da Marcha realizada no ano de 2003. Em diálogo com o governo Lula, seguimos ampliando a pauta em 2007, com proposições que foram fundamentais para repensar a política para mulheres no país. No entanto, foi em 2011, no governo da primeira mulher eleita para Presidência do Brasil, Dilma Rousseff, que obtivemos nossas maiores conquistas.

E a cada ano mais margaridas se somavam...

Em 2000, sob o lema “2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista” éramos 20 mil mulheres.

Em 2003 éramos 40 mil mulheres dizendo “2003 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”.

“2007 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista” foi cantado por 70 mil mulheres em 2007.

E em 2011, já eram 100 mil mulheres com “2011 Razões para Marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.

NOSSOS OBJETIVOS

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;

- Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Apresentar, através de proposições, nossa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista;
- Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais;
- Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar.
- Denunciar e lutar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra as mulheres, no sentido da construção da igualdade;
- Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, considerando as suas especificidades.
- Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres rurais.

MARGARIDA ALVES VIVE EM NÓS

Escolhemos o mês de agosto para realizarmos a Marcha, por ter sido neste mês, precisamente, no dia 12 de agosto de 1983, que ocorreu o brutal assassinato de Margarida Maria Alves (1943 –1983).

Margarida Maria Alves era trabalhadora rural. Tinha 40 anos, casada, mãe de dois filhos e, rompendo com padrões tradicionais de gênero, ocupou, por 12 anos, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba.

Líder sindical bastante influente na região Nordeste, Margarida incentivava as trabalhadoras e trabalhadores rurais a buscarem na justiça a garantia de seus direitos, protegidas/os pela legislação trabalhista. A sua atuação política incomodava, e muito, os latifundiários, os patrões, que lhe faziam ameaças, tentando pressioná-la a deixar o sindicato. Mas Margarida não se abateu! Construiu uma trajetória marcada pela luta contra as injustiças sociais e o analfabetismo, tendo fundado, enquanto esteve à frente do sindicato, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural.

Por defender ideais libertários e pela sua trajetória de luta pelo direito à terra, pela reforma agrária, por trabalho, igualdade entre as pessoas, justiça e por uma vida mais digna para trabalhadoras e trabalhadores rurais, Margarida Alves foi cruelmente assassinada, na porta de sua casa.

Margarida, que os poderosos despedaçaram para fazê-la secar e calar-se, espalhou suas pétalas... Seu nome se tornou um símbolo nacional cultivado pelas mulheres e homens do campo, e em nome dela, a cada quatro anos, milhares de margaridas de todos os cantos e recantos do país se encontram em Brasília para marchar juntas, inspiradas pelo seu clamor de justiça, igualdade e paz no campo e na cidade.

LEMA: MARGARIDAS SEGUEM EM MARCHA POR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM DEMOCRACIA, JUSTIÇA, AUTONOMIA, IGUALDADE E LIBERDADE

A Marcha das Margaridas luta por um desenvolvimento sustentável, centrado na vida humana e no respeito ao meio ambiente, à diversidade racial, étnica, geracional e cultural e à autodeterminação dos povos. Tem a garantia da soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar como estratégias para romper com a lógica do modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades.

Olhamos para o lema da Marcha das Margaridas a partir do meio rural, que é onde vivem e trabalham as mulheres do campo, da floresta e das águas. Tradicionalmente o meio rural é concebido como um espaço que se opõe ao espaço urbano. É comum associá-lo a carências e atrasos de ordem econômica, política e cultural. A visão distorcida e preconceituosa sobre o meio rural é reproduzida pelo modelo de desenvolvimento que predomina no Brasil, que se sustenta na aliança do latifúndio com o agronegócio, na concentração da terra e da renda, na devastação das florestas e bens comuns, na privatização e controle pelo mercado da água, da biodiversidade, na exploração das trabalhadoras e trabalhadores e na opressão e subordinação das mulheres.

Afirmamos que esse não é o verdadeiro retrato do mundo rural, que engloba o campo, a floresta e as águas: o rural é rico de conhecimentos, de produção, de belezas, de vidas. Lá vivem e trabalham muitas pessoas, com diferentes identidades: jovens, idosas, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentadas da reforma agrária, assalariadas rurais, agricultoras familiares, camponesas.

A opção dos governos brasileiros ao longo da história, no entanto, tem desconsiderado toda essa riqueza, implantando modelos de desenvolvimento rural sustentados na monocultura, concentração de terras, exploração dos recursos naturais e superexploração do trabalho pelo poder do latifúndio e do agronegócio. O avanço do capitalismo no campo tem se dado a partir da adoção de pacotes tecnológicos, insumos químicos e maquinários, recebendo como estímulo fortes investimentos públicos.

Fortalecidos pela aliança entre o latifúndio e os setores financeiros e industriais, estes modelos de desenvolvimento rural excluíram de suas estratégias a realização efetiva da reforma agrária e a ampliação da garantia de direitos para a população do campo. Da mesma forma, não houve ruptura com a cultura patriarcal, reproduzindo desigualdades nas relações sociais e de poder que impactam a vida de todas/os as/os trabalhadoras e trabalhadores rurais, especialmente das mulheres que sofrem maior exclusão, alcançam maiores índices de pobreza e tem suas condições de vida cada dia mais difíceis, mais duras.

Mesmo sendo esse modelo do latifúndio e do agronegócio excludente, concentrador e insustentável social, econômica, política e ecologicamente, ele foi o modelo considerado como prioritário, o que seria capaz de modernizar o espaço rural e produzir eficiência econômica. Sabemos, no entanto, que o grande volume de subsídios públicos e incentivos governamentais, expressos em recursos financeiros, legislações, normativos e estruturação de instituições públicas, foram determinantes para consolidar o atual modelo agroexportador do agronegócio.

Quando falamos em agronegócio nos referimos a uma lógica de produção agropecuária que usa a mecanização, o uso de insumos químicos e exploração das/os trabalhadoras/es em todas as fases do processo produtivo, desde a produção e distribuição de suprimentos

até o processamento e distribuição dos produtos agrícolas, tendo como objetivo maior a produção em larga escala, geralmente para a exportação. Mais do que os negócios da agricultura, o agronegócio representa uma concepção ideológica de desenvolvimento para o campo.

Sabemos que o agronegócio é dominado por grandes grupos econômicos e transnacionais, que direcionam a produção para locais onde possam ganhar mais, ter mais lucro, obter vantagens competitivas, determinando os preços dos insumos e dos produtos e impondo decisões sobre o que, quando, onde produzir e comercializar, de acordo com as estratégias do mercado internacional, sem qualquer preocupação com as demandas locais ou interesses nacionais, como a garantia da soberania e segurança alimentar.

O modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio investe na mercantilização dos bens da natureza como terra, água, florestas e sementes que, sob esta ótica, são mercadorias que entram na disputa de mercado como produtos que podem ser comercializados com valor definido pela competição entre as empresas. Com isso, grandes grupos econômicos se apropriam dos bens e direitos da humanidade pela produção de alimentos, proteção e conservação ambiental, transformando tudo em uma oportunidade de lucro, dando preço à natureza e à conservação ambiental.

O modelo produtivo do agronegócio aumenta a dependência por pacotes tecnológicos, insumos químicos, agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinários, que produzem impactos ao meio ambiente e à saúde, além de eliminar postos de trabalho no campo. Atualmente o Brasil é o principal consumidor de agrotóxicos do mundo, sem legislação e fiscalização eficientes quanto ao registro e controle de uso. Esta realidade afeta de maneira mais grave as/os assalariadas e assalariados rurais que não dispõem de autonomia sobre as formas de execução do trabalho, a exemplo da aplicação de agrotóxicos.

Os terríveis efeitos produzidos por este modelo mostram a necessidade de romper rapidamente com seu padrão produtivo e de consumo, sob pena de maior escassez dos bens naturais e mais desigualdade e pobreza no mundo.

Pelos impactos que produz, o modelo do agronegócio é totalmente insustentável. Por depender da elevação permanente da produção para exportação e do lucro, mantém relações de exploração do trabalho, inclusive com trabalho escravo, pressiona a expansão de fronteiras agrícolas e a superexploração dos bens naturais, o que resulta no aprofundamento dos processos de concentração, estrangeirização e supervalorização dos preços das terras.

Ademais, provoca a expulsão dos povos e a violência no campo, que se amplia nas disputas pela terra e pelo território, pela água e demais bens da natureza, ampliando as ocorrências de assassinatos, ameaças, espancamentos, despejos, prisões ilegais, dentre outras formas inaceitáveis de violação dos direitos humanos. Destaca-se que a expulsão das populações provoca processos de desterritorialização, com a quebra de vínculos, trajetórias, identidades culturais seculares e ignora o saber popular, que é determinante para a construção do conhecimento e da ciência. Isto afeta a realidade rural, o modo de vida e produção no campo, interfere na segurança e soberania alimentar dos povos e na sua relação com o território e a natureza.

Os efeitos do modelo de desenvolvimento orientado pela lógica do agronegócio se agravam pelo fortalecimento do desenvolvimentismo baseado em grandes projetos, muitos financiados com recursos públicos e fomentados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A implantação de grandes projetos amplia os impactos sobre o meio ambiente e sobre as populações, especialmente aquelas que são forçadas a abandonarem

os locais onde secularmente produzem e reproduzem seus meios de vida e de trabalho.

Defendemos outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, que tem como pilares estruturadores a realização da reforma agrária ampla e massiva e o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover soberania alimentar com condições de vida e trabalho dignos. Para nós, a reforma agrária e a agricultura familiar estão no centro do desenvolvimento local, fortalecendo o espaço rural em sua diversidade econômica, social, cultural e política, que possa atender as demandas do campo e da cidade com segurança e soberania alimentar.

O desenvolvimento sustentável e solidário que queremos deve ter como base a garantia da igualdade entre as pessoas, a implementação de políticas públicas que assegurem qualidade de vida, proteção social, em especial educação do campo, saúde e previdência social, além da garantia do trabalho como valor positivo e de relações de trabalho justas para as/os assalariadas e assalariados rurais. Passa também, pela implantação de um modelo de produção e de organização das/os trabalhadoras e trabalhadores, com garantia da soberania alimentar e territorial, de renda, qualidade de vida e emancipação dos sujeitos políticos, em um projeto de desenvolvimento de sociedade que visa à garantia de direitos e o pleno exercício da cidadania.

Com esse lema queremos mostrar e valorizar a realidade das mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, que até bem pouco tempo nem ao menos eram consideradas como trabalhadoras, buscando conquistar políticas públicas e recursos para vencer a pobreza, a desigualdade, a opressão e violência com respeito às tradições, culturas e saberes, à proteção da biodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns.

Esse é, para nós, um espaço onde nos desafiamos a denunciar e combater as opressões comuns, a partir de um projeto de sociedade coletivo e diverso, que nos represente em nossa diversidade de identidades, como jovens, negras, camponesas, extrativistas, quilombolas, ribeirinhas e de tantas outras denominações. Afinal, essa diversidade torna a marcha mais representativa e mais forte.

Para nós, justiça combina com autonomia econômica, política e pessoal. Para haver justiça é necessário tornar público e questionar a intensa jornada de trabalho das mulheres, reconhecer a importância dos trabalhos realizados nas esferas da produção e da reprodução para a vida. É preciso ainda que os trabalhos domésticos e de cuidados sejam reconhecidos como uma responsabilidade a ser compartilhada com toda a família e o Estado, além de considerarmos e valorizarmos os trabalhos de militâncias nas comunidades, sindicatos e movimentos.

Não há justiça sem igualdade e liberdade para as mulheres, assim como não pode haver igualdade e liberdade sem que se faça justiça. É preciso vencer as desigualdades no mundo do trabalho, na vida familiar e na política. Isso implica reconhecer e vencer as diversas faces da desigualdade, que têm no preconceito e na discriminação instrumentos perversos, que atingem de modo diferenciado as mulheres negras e as mulheres jovens. Implica, ainda, na superação da divisão sexual do trabalho, na socialização do trabalho doméstico e de cuidados, e em políticas que apoiem as atividades econômicas e a organização produtiva das mulheres.

O desenvolvimento sustentável com justiça implica na garantia do direito a uma vida sem violência. Significa o rompimento do silêncio imposto às mulheres e da impunidade com a criação das condições necessárias para a democratização das informações e o acesso às medidas de proteção às mulheres vítimas de violência.

A garantia da igualdade e da liberdade requer a autonomia econômica e pessoal das mulheres, o que significa reconhecer que as mulheres são donas da própria vida, que seu corpo não pode ser apropriado, nem tão pouco ser objeto de mercantilização. Liberdade implica em poder decidir sobre o nosso corpo e sexualidade, na busca da extinção de todas as formas de preconceito e discriminação, como as práticas machistas e lesbofóbicas (desprezo e/ou ódio por mulheres que se relacionam com outras mulheres)

Pensando nesse contexto, percebemos que nada disso é possível, na realidade e contexto político em que vivemos, se a democracia não for respeitada e fortalecida, se nosso poder de decidir os rumos do nosso país, da nossa comunidade, do nosso movimento, do nosso partido e até mesmo da nossa família não for garantido. Queremos ser ouvidas nos espaços da política, da família, do trabalho, e que nossos votos, nossas escolhas nas urnas sejam reconhecidas e garantidas.

Finalmente, para que o desenvolvimento se faça de forma sustentável, com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres é preciso vencer as desigualdades econômicas e políticas e garantir a cidadania integral. Significa vencer a pobreza, maior entre as mulheres, e maior ainda entre as mulheres negras e jovens, bem como assegurar a liberdade, a participação e formação política e o acesso aos bens materiais e simbólicos, com respeito às diversas identidades, para a desconstrução de padrões patriarcais e sexistas e o acesso às políticas públicas.

Somos Margaridas de todas as idades

Reunimos mulheres de diferentes sotaques, vindas de muitos lugares e marcadas por distintas identidades, como aponta uma agenda política propositiva voltada para a diversidade de sujeitos do campo. É neste sentido, que as mulheres jovens trabalhadoras rurais também protagonizam esta luta. A cada ano a participação, não apenas numérica, mas, sobretudo política, das jovens mulheres se amplia.

Consideramos ser fundamental apontar os temas próprios desta geração de mulheres, demonstrando que os dilemas sociais, econômicos e culturais vividos por essa juventude, são fortemente influenciados pelas relações de gênero. Embora, as jovens compartilhem, enquanto mulheres, experiências de opressão e discriminação comuns, também sofrem impactos próprios da sua condição juvenil.

Estas jovens são marcadas por um entendimento social de que ser jovem é uma condição transitória própria de sujeitos em formação. Tais aspectos reforçam a noção de que elas são pouco aptas à tomada de decisões e ação nos espaços públicos, o que amplia as relações de exclusão. Dessa forma, pensar as relações sociais de gênero merece o estabelecimento de conexões com os contextos de classe, étnico-raciais, geracionais, de orientação afetivo-sexual e territoriais, de forma a compreender como esses lugares sociais impõem restrições à vida das mulheres.

Neste sentido, esta é uma importante oportunidade para refletirmos sobre temas da agenda política, considerando também os olhares das jovens mulheres. Um deles é a questão da sucessão rural. Não podemos esquecer que os papéis assumidos pelas mulheres jovens no espaço da família, da comunidade e das decisões políticas, são determinados pelas relações de gênero. O fato do trabalho produtivo das jovens ser desvalorizado e de, normalmente, não serem consideradas como herdeiras da propriedade, diferente do que ocorre com os rapazes, limita suas oportunidades e seus projetos de vida, inviabilizando sua permanência no campo, como agricultoras familiares.

Estes e outros debates precisam ser encarados. É preciso que as jovens venham pra rua com seus batuques e performances, mas também que apontem as questões centrais que afetam suas vidas e incidam politicamente nos diferentes espaços. Então, vamos construir um processo de discussão e mobilização em torno da Plataforma Política da Marcha 2015 que nos provoque a pensar: Quais as questões que mexem com esta geração de mulheres rurais? Por que as jovens mulheres rurais marcham?

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os brasileiros estão vivendo mais, sendo que a idade média era de 62,5 anos em 1980, passando para 74,8 anos em 2013, estando, no entanto, as mulheres vivendo, em média, sete anos a mais do que os homens. Mais de 23 milhões de brasileiras e brasileiros têm mais de 65 anos. Em 2050, a perspectiva é de que teremos mais idosos do que jovens com idade inferior a 15 anos, assim como a expectativa de vida do brasileiro deve aumentar dos atuais 75 anos para

81

anos.

No Brasil, um número significativo de pessoas da terceira idade continua vivendo na área rural, essa transição demográfica ocorrendo rapidamente. Esses dados e projeções trazem para o centro do debate no MSTTR brasileiro a importância da ampliação das políticas públicas e a preocupação com o envelhecimento no campo e os impactos da sucessão rural, já que as estatísticas mostram um significativo êxodo da juventude no meio rural.

As políticas públicas não estão dando conta de acompanhar esse acelerado envelhecimento, já que a população idosa é a que mais cresce no Brasil, configurando um fenômeno novo e desafiador para o governo, sociedade e famílias.

Consideramos que alguns aspectos devem ser considerados ao pensar políticas para a terceira idade, dentre eles: aumento do número de pessoas idosas vivendo sozinhas (mais de 6,7 milhões), sendo 40% mulheres; importante contribuição da renda das pessoas idosas para compor a renda familiar em 53% dos domicílios; mais idosas/os vivendo nas cidades: 21 milhões em áreas urbanas, 3,8 milhões na área rural; diminuição da parcela da população idosa vivendo em pobreza extrema; a maioria da população idosa é ativa (na área rural 84,9% continua trabalhando mesmo depois de aposentado); elevado percentual de pessoas idosas analfabetas, sobretudo no campo.

No entanto o que mais chama a atenção é a feminização do envelhecimento. O processo social de envelhecer tem um forte componente de gênero. As mulheres idosas estão vivendo mais que os homens. Há uma maior proporção de viúvas do que em qualquer outra faixa etária.

Diante dessa realidade, a Marcha das Margaridas cumpre um importante papel de trazer para o centro do debate as especificidades da mulher idosa do campo, das florestas e das águas, destacando os vários tipos de conflitos vivenciados por essas mulheres. Trazendo um olhar mais apurado para as suas necessidades, para sua forma de se relacionar com as/os outras/os.

As mulheres idosas enfrentam muitos desafios gerados por uma sociedade gerofóbica e sexista, suas leis e políticas públicas. O contexto social vem ensinando e perpetuando o descrédito na mulher idosa, que é parte de uma maioria invisível, cujas necessidades emocionais, econômicas, sociais e físicas permanecem, em sua maioria, ignoradas.

Na marcha das margaridas de 2015 queremos também dar voz às mulheres assalariadas rurais. Quando olhamos para um desenvolvimento rural centrado na ação de grandes empresas para produção de *comodities* (são geralmente alimentos e minérios transformados em mercadoria que recebem um preço universal para serem

comercializados no mercado internacional), sabemos que além dos impactos gerados na agricultura familiar, precisamos também analisar como as relações de trabalho estão se dando no meio rural, em especial no que se refere à situação das mulheres assalariadas rurais.

É preciso analisar como as mulheres têm atuado no trabalho do campo, nas diferentes cadeias produtivas e quais os impactos são ocasionados à vida e à saúde destas mulheres, geralmente considerando a natureza da atividade desenvolvida, assim como tem se dado a garantia dos direitos das mesmas. Olhar para as assalariadas rurais: esse é um grande desafio!

EIXO 1 – SOBERANIA ALIMENTAR

O conceito de Soberania Alimentar refere-se ao direito e autonomia dos povos e nações de defender sua cultura alimentar e decidir sobre as formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Significa também o respeito às culturas e à diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental.

No cenário mundial, a Segurança Alimentar é um conceito em disputa que tem significados divergentes, por vezes opostos, a depender do contexto histórico, dos sujeitos políticos e dos interesses em jogo. No caso brasileiro, o processo de construção histórico do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) envolveu a participação ativa da sociedade civil e compreende-se como a garantia do direito de todas/os ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN - Art.3º).

Podemos dizer que a SAN se constitui em um objetivo estratégico que orienta as políticas públicas pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e à Soberania Alimentar, que é considerado, a partir da III Conferência Nacional de SAN, como a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adaptando, quando necessário, o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero, raça e etnia e formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA, 2007 p.26).

A defesa da Soberania Alimentar e Nutricional também se traduz na defesa de bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo e dos movimentos de mulheres, tais como:

- reforma agrária, direitos territoriais e de gestão dos bens da natureza, direito aos territórios tradicionais pesqueiros, garantia do acesso à terra e aos demais meios de produção;
- acesso à água limpa e livre de contaminações e em quantidade suficiente para o consumo humano e para a produção de alimentos;
- adoção de um modelo sustentável, solidário e justo de produção e consumo de alimentos de base agroecológica;
- acesso de todas e todos a uma alimentação adequada e saudável livre de contaminações biológicas, químicas e genéticas, como microrganismos, agrotóxicos e transgênicos;
- fortalecimento da agricultura familiar e de mercados locais, garantindo o abastecimento de alimentos também por meio de compras públicas;
- acesso aos serviços de saúde e nutrição;
- políticas de geração de emprego e renda;
- adoção de políticas de comércio internacional que não submeta a soberania alimentar

aos interesses econômicos do livre comércio;

- ações voltadas para o empoderamento e autonomia econômica das mulheres, uma vez que é sobre elas que recaem as responsabilidades pela busca e o preparo dos alimentos, procura e transporte de água em locais de escassez, e é sobre elas que a insegurança alimentar e nutricional se manifesta com maior frequência.

Porque lutamos por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

A Marcha das Margaridas 2015 reafirma a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional como um dos principais eixos de sua plataforma política por entender que a defesa destes princípios nos ajuda a questionar os pilares do atual sistema alimentar hegemônico pautado na crescente concentração da terra, na expansão dos monocultivos e da mineração sobre os diferentes biomas, na dependência das transnacionais que controlam desde a produção até o varejo.

Por isso, denunciamos e repudiamos os impactos negativos desse modelo que gera pobreza e insegurança alimentar e nutricional, viola o direito das pessoas e dos povos a uma vida digna, expropriando-os dos seus territórios e dos rios e mares, e explora as/os trabalhadoras e trabalhadores assalariadas/os do campo e da cidade. Esse modelo também se baseia na exploração e subordinação do trabalho das mulheres, desvalorizando e tornando invisível o seu papel protagonista na produção de alimentos e na garantia da soberania alimentar.

A Marcha vem às ruas para defender a alimentação como um direito humano, a soberania dos povos do campo, da floresta e das águas para produzir alimentos saudáveis e diversificados e o direito das mulheres a uma vida digna, com seus trabalhos na agricultura familiar, extrativismo e pesca artesanal reconhecidos, fortalecidos e valorizados.

Os movimentos sociais e a luta por soberania alimentar – uma bandeira de unidade em todos os continentes

Em nível mundial, diversos movimentos sociais estão envolvidos na luta pela defesa da soberania alimentar. O Ano Internacional da Agricultura Familiar, Campesina e Indígena (AIAFCI), por exemplo, nasceu da articulação de mais de 360 organizações em torno do lema “Alimentar o mundo, cuidar do planeta” e resultou em grandes ações de incidência política, em 2014, nos âmbitos nacional, continental e mundial em prol do fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia por meio de políticas específicas e da efetivação de espaços de diálogo permanentes entre sociedade civil e governo.

A instituição, em 2004, da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) dentro das estruturas oficiais do Mercosul - Mercado Comum do Sul, do qual o Brasil é um dos países membros, também é uma conquista importante da sociedade civil. Essa iniciativa contou com o protagonismo da Confederação de Produtores Campestinos e Indígenas do Mercosul Ampliado-COPROFAM, organização à qual a Contag é filiada. A REAF tem se constituído em um espaço de fortalecimento das políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente a partir de ações que contribuem para a comercialização de seus produtos na América do Sul.

Em 2012 foi constituída a Aliança Latino Americana por Soberania Alimentar como um espaço de construção da unidade na defesa da soberania alimentar como elemento central de um novo modelo de sociedade. Fazem parte dessa aliança organizações de agricultoras/es familiares, pescadoras/es artesanais, indígenas, consumidoras/es, assalariadas/es rurais, dentre outros.

A reforma do Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA), no âmbito da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), é uma conquista recente, fruto de lutas sociais. Em 2010, com a criação do Mecanismo da Sociedade Civil – formado por movimentos sociais e ONGs, o CSA passou a contar com um espaço de participação social. O objetivo do mecanismo é articular os posicionamentos da sociedade civil, buscando influenciar nas decisões, políticas e ações sobre agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse contexto, o CSA aprovou em 2012 as diretrizes voluntárias de governança da terra, da pesca e das florestas enquanto um instrumento que fortalece as organizações e suas lutas pela democratização dos bens naturais, pela produção de alimentos saudáveis.

Se por um lado houve avanços, por outro, também temos visto o avanço de projetos de cooperação do Brasil com países do Sul (América Latina e África), como é o caso do ProSavana em Moçambique, que representa grave ameaça à soberania alimentar e ao campesinato deste país.

Apoiado financeiramente pelas Agências de Cooperação Brasileira (ABC) e japonesa (JICA) e executado em parceria com o governo de Moçambique, o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical, conhecido como ProSavana, vai ser implementado no corredor de Nacala, numa área de 14,5 milhões de hectares. Vivem na região cerca de 4.5 milhões de agricultores/as de pequena escala, cerca de 80% de camponeses. A falta de informações transparentes sobre o programa leva ao medo de usurpação de terra das/os camponesas/es dos 19 distritos abrangidos pelo programa. As organizações do povo de Moçambique dizem que há indícios evidentes de vícios na concepção do ProSavana, graves irregularidades na consulta e participação pública. Vivemos no Brasil processos semelhantes. Podemos citar o PRODECER-Programa de Desenvolvimento do Cerrado, implementado em 1978. O ProSavana é considerado um programa de apoio a monocultura e nocivo à agricultura moçambicana. Com isso as comunidades do corredor de Nacala sofrerão rupturas em sua forma de viver, porque os grandes investidores trazem novas relações de vida, empregados e patrões e as monoculturas trazem um choque aos hábitos de produzir um pouco de tudo para a alimentação local. Por isso, somos contrárias ao ProSavana em Moçambique! Não podemos admitir que o governo brasileiro tenha um discurso de compromisso com a agricultura familiar no Brasil e em outros continentes contribua para sua destruição. Lutamos para o fortalecimento das lutas globais, construídas de maneira conjunta entre os agricultores de pequena escala!

O Brasil no cenário da construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Na última década o Brasil alcançou resultados positivos ao conseguir reduzir a extrema pobreza, a insegurança alimentar moderada e grave e a mortalidade infantil. Isso ocorreu por meio do aumento continuado da renda dos segmentos mais pobres da população,

ampliação do acesso aos alimentos e do acesso das mulheres às políticas de SAN, fortalecimento da agricultura familiar e fomento aos programas de convivência com o semiárido.

Todavia, ainda há segmentos da população que continuam convivendo com situações graves de insegurança alimentar e nutricional, como os povos e comunidades tradicionais, a população negra e muitos que vivem no meio rural. Esse quadro preocupante descrito no Relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), sobre o Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2014) aponta para a necessidade de ações efetivas que atuem sobre as causas estruturais da pobreza e da insegurança alimentar a que estas populações estão submetidas.

O relatório da FAO também mostra que o Brasil está vivenciando uma grave epidemia de obesidade relacionada à ampliação da oferta e do consumo de alimentos industrializados. Portanto, o acesso universal a uma alimentação adequada e saudável se constitui em um grande desafio, na medida em que é necessário enfrentar essas contradições brasileiras no campo da SAN, quando suas ações nacionais e internacionais reforçam modelos convencionais e excludentes de produção, abastecimento e consumo de alimentos.

Conquistas e desafios para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Ao longo dos últimos anos, conseguimos importantes avanços com a aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (2006) e da Lei do Programa Nacional da Alimentação Escolar que torna obrigatória a compra de produtos da agricultura familiar (2009) e a inclusão do Direito Humano à Alimentação dentre os direitos fundamentais da nossa Constituição Federal.

Da mesma forma, o fortalecimento de políticas específicas para a agricultura familiar, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica são conquistas importantes que resultaram de amplos processos de mobilização e participação social e que contaram com a parceria e o apoio da Marcha das Margaridas. A existência de espaços de diálogo intersetorial entre governo e sociedade e de monitoramento das políticas públicas de SAN, como é o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e dos conselhos estaduais e municipais, fortalece a democracia participativa.

Todavia, vivemos um período de muitas contradições, pois ao mesmo tempo verificamos o aumento do apoio ao agronegócio que avança sobre os territórios, o uso crescente e desenfreado de agrotóxicos (já somos o maior consumidor do mundo) e a invasão das sementes transgênicas que contaminam as sementes crioulas, concentram ainda mais poder nas mãos das transnacionais e envenenam as nossas comidas.

A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e a garantia da Soberania Alimentar requer o enfrentamento desses pilares que estruturam o atual sistema alimentar e a transição para um sistema de produção, abastecimento e consumo de alimentos democrático, justo, solidário e sustentável, baseado na produção familiar e na agroecologia. A agroecologia tem se afirmado como o melhor meio de produção de alimentos saudáveis. Respeita e promove a diversidade social, biológica e cultural, trazendo benefícios para toda a sociedade e para o planeta e garantindo o acesso a esses alimentos por gerações futuras.

É urgente, e necessário, que o Estado Brasileiro assuma seu papel regulador nas diferentes etapas do sistema alimentar (desde a produção até o consumo), visando: 1) controlar a expansão das monoculturas e a ação das transnacionais; 2) manter a proibição ao uso de sementes transgênicas “*terminator*” (são sementes que já nascem estéreis e, assim, aumentam ainda mais o lucro das transnacionais); 3) assegurar a imediata implantação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA); 4) adotar áreas livres de transgênicos e agrotóxicos; 5) demarcar os territórios pesqueiros tradicionais; 6) adequar as normas sanitárias à realidade da produção familiar e artesanal, respeitando os modos de fazer tradicionais; 7) regular a rotulagem e a publicidade de alimentos que fazem mal à saúde; 8) garantir o acesso das mulheres rurais aos mercados institucionais, como PAA e PNAE, dinamizando circuitos curtos de produção e consumo.

Ainda são muito tímidas as políticas públicas de apoio às dinâmicas econômicas locais e regionais de abastecimento alimentar que promovam soberania e acesso à alimentação adequada e saudável.

É necessário reconhecer e valorizar a contribuição estratégica das mulheres para a soberania e SAN ao produzirem alimentos saudáveis e diversificados, conservarem a agrobiodiversidade e destinarem parte dessa produção para o consumo das famílias.

O autoconsumo se configura em uma das principais estratégias de garantia da soberania alimentar, assegurando melhoria na qualidade da alimentação, redução das despesas com alimentos, aumento da autonomia da família frente ao mercado. As práticas de autoconsumo devem ser reconhecidas, valorizadas e fomentadas pelas políticas públicas, incluindo os programas de fomento e crédito.

Para contribuir com o fortalecimento das mulheres e dar a elas informações e apoio no processo de produção para comercialização e autoconsumo em uma perspectiva agroecológica para a soberania e segurança alimentar das famílias, é fundamental uma assistência técnica e extensão rural (ATER) que considere as suas demandas, desejos e produções, que tenha informações atualizadas dos programas e políticas de governo, potencializando o acesso a fomentos e créditos, e consiga construir propostas e acompanhamentos adaptados às suas dinâmicas de trabalho, à vida das mulheres.

É necessário questionar e desconstruir a visão patriarcal que culpabiliza as mulheres e sua entrada no mercado do trabalho pelas modificações no perfil alimentar da população brasileira.

Além da implementação de políticas públicas que ampliem efetivamente o acesso à alimentação saudável no âmbito familiar é fundamental a divisão do trabalho doméstico, com o compartilhamento entre todas/os seus membros das responsabilidades relacionadas à alimentação.

PARA CONTINUAR CONVERSANDO:

1) Como vocês avaliam o desenvolvimento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em seu município/território/estado? Mostrem exemplos de questões que impactam diretamente a vida das mulheres e ameaçam a soberania alimentar.

2) Que ações devem ser desenvolvidas em seu município, estado e região para assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional? De que forma essas ações podem fortalecer a vida das mulheres?

3) Para vocês, como estão sendo implementadas as políticas públicas voltadas a segurança alimentar e nutricional? Elas contribuem na visibilidade do papel das mulheres? Vocês têm sugestões para melhorar ou ampliar essas políticas?

EIXO 2 – TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA: pilares de sustentação da Soberania Alimentar

Compreendemos que Terra e Água e uma produção agroecológica são os pilares para que possamos ter de fato Soberania Alimentar.

Acesso a Terra, Reforma Agrária e Reconhecimento dos Territórios das Comunidades Tradicionais

Da história de luta das mulheres por igualdade aprendemos que é fundamental elas terem acesso à terra e decidirem como manejá-la, terem acesso a sementes, água e condições de produzir, e também decidir como comercializar e como o dinheiro será utilizado. A monocultura e a “revolução verde” expulsam as mulheres do campo; a agroecologia reconhece que elas são agricultoras, que coletam e manejam a natureza, que elas, sozinhas ou em grupos produtivos, desenvolvem experiências que devem ser valorizadas, apoiadas e expandidas.

Temos visto o avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais, sobre todos os aspectos da agricultura e do sistema alimentar dos países e do mundo. A ofensiva do capital sobre os bens naturais: expulsão de camponeses e camponesas, comunidades indígenas, a expropriação de terras, territórios, florestas, destruição biodiversidade, água e minérios; a exploração do trabalho, o trabalho escravo; e todas as formas de violências, em especial a violência contra a mulher; colocam a necessidade de enfrentamento a este modelo, que tem o patriarcado na sua base de sustentação.

É fundamental reconhecer e potencializar a luta das mulheres pelo direito à terra por meio da Reforma Agrária e a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e populações quilombolas, na defesa dos territórios das comunidades tradicionais, como algo estratégico na construção da agroecologia.

Como resultado da luta das Margaridas ao longo dos anos, hoje podemos comemorar que mais de 70% dos títulos de terra do Brasil possuem titulação conjunta, significando um importante instrumento para a autonomia e igualdade entre homens e mulheres no meio rural. Ainda segue um desafio: a revisão dos títulos anteriores à obrigatoriedade de titulação conjunta. No caso de títulos coletivos, as mulheres devem constar como associadas.

Quando analisamos a situação das jovens mulheres rurais, percebemos algumas particularidades. Diante da cultura patriarcal, que invisibiliza o trabalho das mulheres e que condiciona a herança aos irmãos homens, o direito das jovens se firmarem como sucessoras na propriedade familiar, tendo acesso à terra com condições de viver da mesma, tem sido uma condição inacessível. Além disso, frente ao contexto de concentração de terras no Brasil e a decorrente fragmentação das propriedades da agricultura familiar em pequenos lotes, a distribuição igualitária das pequenas unidades de produção familiar entre todos/as os/as filhos/as torna-se um procedimento inviável, sobretudo, do ponto de vista econômico, para a sobrevivência da família.

Esta realidade vem impondo a migração campo-cidade, como alternativa, principalmente para jovens mulheres construir suas trajetórias de vida. Vemos, a partir dos dados censitários, que a redução da população feminina no meio rural, na faixa etária dos 16 aos 29 anos, é maior do que quando comparada com a dos jovens homens, embora, seja

significativa para moças e rapazes. Entretanto, o discurso que justifica o êxodo rural juvenil unicamente como um sonho das/os jovens pela vida urbana, esconde várias relações de desigualdade, dentre elas as que se referem à concentração fundiária e à cultura machista, que submete as mulheres a trabalhos desvalorizados como os de empregadas domésticas nas cidades. Não queremos que o único futuro possível de jovens rurais seja o subemprego em médias ou grandes cidades, nem tampouco que o único recurso dessas para acessar a terra seja através do casamento. Queremos que elas tenham condição de decidir sobre os rumos da sua própria vida, tendo o campo como uma escolha possível, e a cidade como mais uma alternativa, onde verdadeiramente possam vislumbrar melhores oportunidades de trabalho e vida.

A violência contra as mulheres é a expressão mais dura deste conflito territorial. A violência sexual e o assassinato de mulheres no campo são usados como formas de desestruturar as comunidades e abrir caminho para a ofensiva capitalista de pressão sobre as terras e territórios.

Companheiras que vivem em comunidades de Fundo de Pasto, por exemplo, em áreas que se tornaram unidades de conservação, em áreas ameaçadas pelo agronegócio, denunciam que o Estado não faz nada frente a essa ofensiva. O direito à terra e ao território é condição para a agroecologia. As mulheres conquistaram a titulação conjunta, mas para que esta conquista seja real é preciso ter reforma agrária. Não só o projeto de assentamento e regularização fundiária, mas enfrentar a concentração de terras, resgatando as terras que estão nas mãos do agronegócio para entregá-las a agricultoras e agricultores familiares, camponeses e agroecológicos.

Para que vivamos bem na terra conquistada também lutamos pela autonomia econômica, pelo fim da violência contra as mulheres e por condições efetivas para a participação das mulheres nos processos político, econômico e social. Isto inclui o direito ao trabalho em condições dignas, a socialização do trabalho doméstico; a garantia da comercialização e consumo de produtos de forma solidária e sustentável por meio do fortalecimento dos mercados locais e institucionais.

Na agroecologia é fundamental visibilizarmos e potencializarmos o trabalho das mulheres na construção de formas de viver e produzir que contribuam para a soberania alimentar, para a preservação da biodiversidade, o resgate das sementes crioulas, além de práticas agroecológicas e culturais realizadas pelas mulheres das comunidades tradicionais com a preservação das espécies tradicionais de cada território.

As Margaridas na defesa da Agroecologia

A agroecologia como um modo de produzir, relacionar e viver na agricultura implica em relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas e destas/es com a natureza. Isso significa respeito à diversidade de tradições, culturas, saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns.

A agroecologia faz parte da plataforma política da Marcha das Margaridas e compõe os pontos centrais das nossas pautas de reivindicações, como protagonistas que somos das práticas agroecológicas e guardiãs da biodiversidade, das sementes e dos saberes.

Sem terra e sem água não há agroecologia, mas não há agroecologia se as mulheres vivem relações de subordinação e violência, se as mulheres não têm autonomia sobre seus corpos, se não têm seus direitos sexuais e reprodutivos assegurados e se continuam excluídas dos

espaços de poder e representação política. Portanto, a agroecologia se articula com toda a agenda política das mulheres do campo, da floresta e das águas.

A luta pela agroecologia é uma realidade no nosso país há décadas. Porém, desde 2011, quando a presidenta Dilma, em resposta às reivindicações da Marcha das Margaridas, assumiu o compromisso com a agroecologia, conseguimos avançar alguns passos na construção de uma política que apoie, fortaleça e amplie as práticas agroecológicas. Sabemos, entretanto, que muitos são os desafios que se nos apresentam num contexto de avanço ofensivo do agronegócio que tem consequências destrutivas para a agricultura familiar, camponesa, indígena e para os povos e comunidades tradicionais.

As mulheres vêm construindo historicamente a agroecologia, assim como suas mães e avós a praticavam, mesmo sem saber este nome. Mas foi a resistência delas que garantiu a existência de diversidade de sementes e práticas que hoje permitem que estejamos aqui e que de outra forma teriam se perdido pela difusão da revolução verde. Elas usam critérios que não se referem somente a dinheiro, elas valorizam o autoconsumo e o fato de suas famílias comerem bem, com qualidade (sem veneno), um alimento que faz bem para a saúde. Junto com o conhecimento e o plantio de plantas medicinais, as mulheres valorizam o fato de elas e seus filhos não precisarem ir ao médico.

As mulheres denunciaram o controle das sementes pelas transnacionais e os transgênicos. Tivemos uma derrota grande com a liberação de transgênicos que nos tornam ainda mais reféns das empresas. Nosso papel é seguir denunciando e conscientizando sobre o tema. Uma ação concreta é resgatar as sementes crioulas, cuidar e intercambiá-las, reconhecendo o conhecimento que as mulheres têm neste campo, de modo a garantir nossa autonomia.

O conceito de agroecologia toma forma na luta, na resistência e nas alternativas das pessoas que a constroem e que consideram a agroecologia como um modo de vida. Assim, os movimentos, ao ser parte deste processo, trazem seus aportes, como nós mulheres. Por isto não faz sentido o discurso de que enfrentar a desigualdade de gênero é sair do foco da agroecologia, isto é restringir agroecologia a um conjunto de técnicas fechadas e com necessidade de uma autoridade que a delimite.

O feminismo tem as mulheres como sujeito organizado e o princípio de igualdade para todas e todos. O feminismo é a idéia radical de que as mulheres são gente!

O feminismo dialoga com a agroecologia, porque ambos os movimentos lutam por uma sociedade mais justa. Não é possível construir agroecologia com desigualdade de gênero. Infelizmente, muitas vezes, nossos próprios companheiros de luta pela agroecologia não entendem a importância do feminismo para que haja igualdade.

Não adianta produzir sem veneno e chegar em casa e apanhar do marido. Hoje temos certeza que uma coisa está ligada à outra. Se a agroecologia defende uma vida digna, então tem que ter direitos iguais. O veneno é uma violência pra terra, pras plantas, pra nossa saúde. E o machismo é o veneno nas nossas famílias. Por isso a importância de construirmos juntos, trazendo o feminismo para o diálogo de todas e todos.

As mulheres usam a criatividade, fazem o aproveitamento de tudo. Com a agroecologia, vamos defender solo, água, plantas e não vamos defender a vida das mulheres? De qual veneno estamos falando? O patriarcado é o veneno na vida das mulheres. Não acreditar no feminismo é não acreditar no protagonismo das mulheres.

Não existe isso de dizer que o machismo é algo cultural e que não tem como mudar. A agroecologia já desconstruiu e quer desconstruir muito mais formas de cultivo que

prejudicam o solo, por exemplo, então tem que desconstruir o machismo. Cultura ruim deve ser mudada, sim!

Agroecologia - alternativa ao uso indiscriminado de agrotóxicos em defesa da saúde como direito humano

Os males que os agrotóxicos causam à saúde são irreparáveis, sobretudo quando se fala da produção e do consumo de alimentos. Por esse motivo a produção de alimentos saudáveis e a soberania e segurança alimentar e nutricional é ponto prioritário na agenda das mulheres.

Para além dos inúmeros adoecimentos causados pelo uso dos agrotóxicos é preciso registrar o seu efeito devastador sobre os ecossistemas e a biodiversidade, comprometendo de modo irreversível as práticas sustentáveis agroecológicas e a vida.

Apesar de todas as formas de resistência e manifestações, que incluem denúncias, divulgação de resultados de pesquisas, campanhas, atos e ações promovidos por diversas organizações e especialmente pelos movimentos de mulheres, o Brasil permanece o maior consumidor de agrotóxicos no mundo.

As investidas do agronegócio voltadas para a flexibilização e liberação do uso de agrotóxicos avançam a cada dia e se impõem contra as medidas institucionais e de ordem legal. Enquanto isso a contaminação se alastra, chegando ao leite materno, desencadeando intoxicações crônicas que se manifestam no comprometimento do sistema imunológico, neurológico e hormonal e na forma de doenças como câncer, desequilíbrio da tireoide, surdez, diminuição da acuidade visual e tantas outras. Sobre as mulheres e meninas incide ainda o desequilíbrio hormonal, com desajustes no desenvolvimento fisiológico, má formação fetal e abortos.

O agronegócio traz muito lucro para as transnacionais, para as empresas que produzem os agrotóxicos, inclusive com isenção fiscal. Essas grandes empresas não podem usar vários desses produtos em seus países de origem, produzem especialmente para vender para nós. É preciso que todos tenham clareza que agrotóxico é veneno e não podemos envenenar os povos em nome do lucro das transnacionais. Os governos estaduais estão apostando muito nas empresas para fabricar veneno - tem estado que não cobra nada de impostos - com o argumento de que estas empresas trarão trabalho e renda para os municípios. O que não se divulga são as doenças, mortes, exploração das/os trabalhadoras/es, aumento nos gastos com a saúde pública que eles também trarão.

As mulheres somam suas vozes às denúncias e reivindicações da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, como a proibição da pulverização aérea, o banimento dos agrotóxicos que já são proibidos em outros países e o fim da isenção fiscal aos agrotóxicos.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica prevê um Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos, chamado PRONARA, que precisa ser imediatamente implementado, para que a política de agroecologia possa se efetivar.

Com certeza as investidas do agronegócio para manter e ampliar o uso de fertilizantes e venenos agrícolas nos coloca a necessidade permanente de mobilização e luta contra os agrotóxicos e pela vida. E ainda há a contaminação da água por agrotóxicos. No RN e CE, na Chapada do Apodi, a população está sentindo os efeitos da contaminação da água e

tem feito muitas discussões e ações em torno disso. E não é uma coisa recente, em 1995 a água da Chapada já se encontrava contaminada com várias espécies de veneno. O veneno está na mesa e na água que bebemos. O lençol freático já está contaminado.

Nestes casos de contaminação, a mulher é vítima dos agrotóxicos não apenas como assalariada rural, em seus locais de trabalho. Em diversos casos ela é contaminada como mãe, esposa, filha dos assalariados rurais. Quantas mulheres são responsáveis pela lavagem das roupas de filhos e maridos assalariados rurais? Quantas/os trabalham sem equipamento de proteção individual e regressam para suas casas contaminadas/os com agrotóxicos? Quantas são contaminadas por residirem em imóveis cedidos por empregadores, ou distritos próximos, às frentes de trabalho? Quantas, assim como os demais trabalhadores, perderam o direito de dispor de água potável, sendo obrigadas a consumirem águas contaminadas com os agrotóxicos aplicados nas lavouras?

Sementes e Transgênicos

A relação das mulheres com as sementes é histórica, desde os primórdios da agricultura, no ato da seleção, domesticação e cultivo. Mesmo com o processo da homogeneização e padronização do processo produtivo pela agricultura industrial, e no período mais recente a biotecnologia, as mulheres camponesas vêm contribuindo para a preservação das variedades de sementes, no incentivo à guarda e troca de sementes.

Nos territórios é notória a contribuição das mulheres ao observarmos o ambiente trabalhado por elas, onde encontramos uma diversidade enorme de plantas, resultado das sementes e mudas coletadas por elas em diversos lugares. Esse trabalho muitas vezes não se dá sem conflitos na família, no que se refere à escolha da variedade que vai ser guardada, pois na maioria dos casos as mulheres buscam a qualidade das sementes para garantir maior diversidade, melhor alimentação e fácil preparo do alimento, sem necessariamente buscar a maior produtividade. O olhar das mulheres sobre as sementes está muito vinculado à soberania e à segurança alimentar.

É importante destacar os graves impactos dos transgênicos na biodiversidade, na alteração do modo de produção agrícola para a soberania alimentar ao gerar mudanças na base genética e reduzir a diversidade nutricional. Neste sentido, os transgênicos têm impactado diretamente nos territórios das mulheres.

Construção do Conhecimento Agroecológico: ATER, Pesquisa, Educação do Campo

Nas experiências agroecológicas que, cada vez mais, se multiplicam por todas as partes do planeta, o trabalho das mulheres tem se mostrado como fundamental e indispensável para a consolidação da Agroecologia como modelo de agricultura sustentável em toda a propriedade. Por isso, as mulheres precisam de uma assistência técnica e extensão rural (ATER) que considere as suas demandas e que seja adaptada às suas dinâmicas de trabalho. Precisamos de técnicos e técnicas capacitados para que percebam as nossas necessidades específicas e não reforcem a costumeira invisibilidade a que são relegadas as práticas das mulheres rurais, incluindo aí a produção para o autoconsumo, que na maioria das vezes nem é objeto de assistência técnica.

Conseguimos garantir o atendimento obrigatório de 50 por cento de mulheres no público

das chamadas de ATER Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e 30 por cento de atividades exclusivas com mulheres. Isso foi uma conquista das mulheres através de muita luta e mobilização, mas precisamos garantir esse atendimento das mulheres em todos os editais de ATER pública e a sua efetivação.

Acreditamos que a mudança começa na formação: na formação política das mulheres rurais, introduzindo o diálogo entre o feminismo e Agroecologia nos espaços de formação já existentes; na formação dos técnicos e técnicas que já desenvolvem as atividades de ATER na Agroecologia; e na formação dos futuros técnicos nas universidades e escolas técnicas. Temos que quebrar as barreiras do preconceito e trazer o feminismo para a academia e para as organizações mistas e com isso dar uma maior visibilidade e reconhecimento do papel das mulheres na Agroecologia.

É necessário mantermos e aprimorarmos as chamadas de ATER. Divulgar as experiências, fomentar os estudos. Fazer um tripé: ensino, pesquisa e extensão.

É importante também que a ANATER pense nas mulheres e elas tenham a devida importância dentro desse projeto. A gente precisa de apoio para estruturar os grupos produtivos das mulheres, formalizados ou não. É a demanda das mulheres.

Agricultura Urbana e Periurbana

A agricultura urbana e periurbana é um foco de resistência das mulheres na agricultura. A maioria das experiências de agricultura urbana no Brasil é protagonizada por mulheres. Muitas destas mulheres têm origem rural e tiveram suas famílias expulsas do campo pelo avanço do agronegócio em seus territórios de origem. Outras são de origem urbana e se aproximaram da agricultura pela preocupação com a saúde e o alimento pessoal e das famílias.

Os desafios da agroecologia nas zonas urbanas são ainda maiores do que da agroecologia nas áreas rurais. A maioria das experiências de agricultura urbana e periurbana não conseguem acessar as políticas voltadas para a agricultura familiar devido à dificuldade de enquadramento numa lei que restringe o conceito de agricultura familiar e à quase ausência de uma política voltada, de fato, para a agricultura urbana.

Outro desafio é garantir as áreas de cultivo frente à especulação imobiliária nas grandes cidades. Muitos terrenos e quintais estão desaparecendo e, cada vez mais, a agricultura urbana está sendo empurrada para locais mais distantes da cidade.

Não há a garantia dos quintais nas políticas de habitação nem de espaços comunitários para a prática da agroecologia nas cidades, o que torna a prática ainda mais restrita. É preciso que os governos reconheçam a importância do cultivo de alimentos nas cidades, criando políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana que contribuam para a soberania alimentar das famílias que vivem nas cidades.

Acesso e gestão das águas

Em nossa sociedade as mulheres são responsabilizadas pela água para consumo doméstico. Se elas caminham longas distâncias para encontrar água ou se ficam muitas horas na fila do caminhão pipa isto não aparece como um problema, mas apenas como

parte de seu papel de mães. Mesmo que a mulher não esteja diretamente envolvida em buscar água, ela também participa dos comitês das cisternas, do cuidado e da gestão da água. Nós sabemos que as mulheres carregam essa preocupação. Até mesmo na atual seca no Sudeste, a gente vê a mulher à frente, buscando água para cuidar da família, pois muitos homens não se preocupam.

Este trabalho que realizam é feito em um contexto de acesso muito desigual e cada vez mais difícil. Nos vários recantos do Brasil, muitos açudes foram construídos em terra de fazendeiros, que os cercam e impedem o acesso. A situação piora, porque a água é sugada e contaminada pelas monoculturas, pelas mineradoras e empresas transnacionais que engarrafam água para vender. No nosso país, a outorga (concessão do direito ao uso) de água é liberada para os grandes projetos, enquanto é negada para as iniciativas produtivas das mulheres, principalmente quando elas não conseguem disputar a outorga da água, como já vem acontecendo em estados da região sul.

Em todo o mundo as comunidades resistem à privatização da água e sua contaminação: as mulheres participam ativamente de todas estas lutas. Quem são os maiores consumidores de água? A água deixou de ser um bem da humanidade pra ser uma mercadoria. Quanto custa hoje um vasilhame de água? A grande mídia coloca que as mulheres são as grandes vilãs do desperdício, mas não fala da água usada no agronegócio, na mineração e na produção de celulose.

Precisamos intensificar a luta contra a privatização das águas e a sensibilização da população. A plataforma política da Marcha das Margaridas traz a problemática para o centro do debate. É necessário fazermos campanhas para que a água deixe de ser uma mercadoria de especulação para ser direito de todas as pessoas.

Outra questão é a importância do uso racional da água. Isso se faz necessário não só nos estados que estão com esse problema, visto que, de forma geral, não fazemos um uso racional da água. A privatização das águas também é uma grande preocupação, o capital está tomando conta: você precisa comprar a água mineral, porque as fontes foram vendidas. Ano passado o governo criou o Conselho Nacional de Irrigação. Sua composição nos preocupa: empresários, governo e sociedade civil. No entanto, dentro da sociedade civil estão os vendedores de equipamento para irrigação. O agronegócio abusa das fontes hídricas sem pensar no amanhã. O lençol freático é um bem da humanidade. Qual é a fiscalização do Estado sobre isso? Temos que fortalecer os espaços e ações de participação popular e o controle social.

Sabemos que cada bioma tem os seus desafios e as suas demandas. Por exemplo, na Amazônia há água à vontade para lavar roupa, mas não tem água potável, pois muitos municípios não possuem saneamento, deixando os rios que o cercam completamente contaminados. A região Sudeste está impactada pela mineração, deixando comunidades inteiras desalojadas, pois da noite para o dia descobrem que não tem mais a terra que possuíam e o subsolo não lhes pertence. Mesmo as famílias que resistem são prejudicadas pela contaminação deixada pela mineração, tanto no solo como na água. Precisamos despertar em cada região esse debate, a partir da realidade local, considerando a questão da qualidade, do consumo e uso excessivo da água.

No entanto, precisamos ter cuidado com o discurso que responsabiliza apenas o uso doméstico e as famílias para o consumo consciente da água. Na prática quem tem dinheiro se apropria da água, do lençol freático. São na verdade as grandes empresas, as indústrias, o agronegócio os maiores consumidores de água. No meio rural, ainda existem as grandes fazendas que tem cinco, seis, dez poços, quando o pequeno produtor do lado não tem água.

Uma das políticas de maior avanço que tivemos na última década foram os programas P1MC- Programa Um Milhão de Cisternas e o P1+2 – Programa Uma terra, Duas Águas, que têm possibilitado o acesso a tecnologias sociais de captação de água de chuva para beber e produzir, além de trazer trabalho e renda para os/as pedreiros/as ou cisterneiros/as das comunidades e contribuir para o processo de organização local, municipal, regional e estadual. Queremos que esses programas se tornem políticas de governo e ampliem sua atuação, além de rever critérios que definem e ampliem os/as beneficiários/as.

Por ver a importância e a forma como esse trabalho tem se dado, questionamos a implementação das cisternas de plástico, que tem apresentado problemas de pouca durabilidade ao calor, além de deixar de remunerar a mão de obra local para construção de cisternas para remunerar as empresas que produzem e vendem essas cisternas de plástico. Há denúncias ainda de que essas empresas recebem para cavar o buraco, mas não o gastam, repassando esse trabalho e a responsabilidade para as famílias.

Por fim, precisamos denunciar a indústria da venda de água. No Nordeste, por exemplo, caminhão pipa distribui água contaminada a um preço absurdo. Controlar isso também é responsabilidade do poder público.

As mulheres também protagonizam experiências de gestão da água feitas pelas comunidades: seja na construção de cisternas e nas comissões municipais no nordeste brasileiro ou nos comitês de água nos bairros populares da Venezuela.

O abastecimento, gestão e proteção da água para produção e consumo têm que ser planejados em conjunto, com a participação das mulheres e com o objetivo de diminuir sua sobrecarga. Por isto consideramos que nem a água e nem o trabalho das mulheres são recursos inesgotáveis: a água é um bem comum e não uma mercadoria.

PARA CONTINUAR CONVERSANDO:

- 1) Como está o acesso à terra e à água na sua comunidade e município? E a construção da agroecologia? Como está a participação das mulheres?
- 2) O que vocês podem fazer para contribuir com a luta pela terra e pela água na sua região? Que ações podem ser feitas para fortalecer o movimento agroecológico?
- 3) As políticas públicas voltadas à garantia do acesso à terra e à água têm funcionado em seu município? Existem desafios? Quais? Vocês têm sugestões para melhorar as políticas de acesso à terra e à água, fortalecendo principalmente o acesso das mulheres a essas políticas?

EIXO 3 – SOCIOBIODIVERSIDADE E ACESSO AOS BENS COMUNS

O bem comum se refere aos bens específicos que são compartilhados e beneficiam todas (ou quase todas) as pessoas de uma comunidade e que são requisitos básicos para uma vida digna: comida, água, terra, moradia, conhecimento e serviços públicos (educação, saúde, energia, etc.).

Entendemos a sociobiodiversidade como a relação entre bens e serviços gerados a partir de bens naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Ela engloba produtos, saberes, hábitos e tradições próprias de um determinado lugar ou território, além de culturas, valores e significados, paisagem, recursos, produtos e impactos deste mesmo sistema.

O meio ambiente e toda sua diversidade é o nosso maior bem comum, que existe não apenas para o nosso usufruto, mas têm um sentido e uma importância maior para a vida na Terra. No entanto, os seres humanos tratam os bens comuns como recursos, como algo que existe para nos servir e não compreendem que eles não são infinitos e nem tampouco para ser usado de forma irresponsável por empresas e Estados.

O sistema capitalista se sustenta na exploração extrema da natureza e dos bens naturais, reduzindo-os a meras mercadorias para serem compradas e vendidas a partir da lógica da privatização. Consideramos privatização a ação de pessoas ou empresas, que torna um bem da natureza uma propriedade privada, se considera dono e faz desse bem o que quiser: assim estão sendo tratadas nossas terras, águas, florestas e até mesmo o ar.

Percebemos essa mercantilização (que é considerar a natureza como mercadoria) quando privatizam a **terra** e os campos e as/os camponesas/es, quilombolas e indígenas são expulsas/os e não tem mais acesso às áreas onde viviam e trabalhavam. Mais do que isso, as cercas impedem o acesso às terras de uso comum que antes eram usadas como pasto para o gado ou para a coleta de frutos, sementes, lenhas ou plantas medicinais.

Mercantilizam a **água** quando os fazendeiros cercam as represas e impedem que as mulheres tenham acesso a elas. Quando as fontes de água estão secas ou contaminadas pela agricultura intensiva e pelos monocultivos ou quando se criam represas para produzir uma energia que pouco beneficia a população local. Os mares e mangues são privatizados quando tomados pela pesca industrial e pelo cultivo intensivo de camarões e mexilhões deixando pescadores artesanais e marisqueiras sem suas fontes de sustento ou ainda quando são drenados para expandir áreas industriais.

Mercantilizam nossas **florestas** quando estabelecem um preço para mantê-las em pé e definem quem tem o direito de “usufruir” dela. Empresas privadas fazem contratos e pagam a quem não derruba as árvores (como se o normal fosse elas serem destruídas). A ideia deles é incluir na contabilidade das emissões de gases de efeito estufa aquelas que são evitadas pela redução do desmatamento e a degradação florestal. Esse mecanismo é chamado de REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal e prevê que países e/ou pessoas preservem suas florestas. Hoje se fala em REDD+, que se refere à construção de um mecanismo, ou uma política, que deverá contemplar formas de prover incentivos positivos aos países em desenvolvimento que tomarem uma ou mais das seguintes ações para a mitigação das mudanças climáticas, como 1) Redução das emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas; 2) Aumento das reservas florestais de carbono; 3) Gestão sustentável das florestas; 4) Conservação florestal.

Como parte dessas políticas temos, por exemplo, o Pagamento por Serviços Ambientais

(PSA), que é um mecanismo criado para desenvolver um novo mercado, que tem como mercadoria a ser comercializada os processos e produtos fornecidos pela natureza, como a purificação da água e do ar, a geração de nutrientes do solo para a agricultura, a polinização, o fornecimento de insumos para a biotecnologia, etc. O Pagamento por Serviço Ambiental é, portanto, um dos instrumentos elaborados para tentar solucionar os problemas ambientais dentro da lógica do mercado, sem questionar as estruturas do capitalismo. Assim, a proteção do meio ambiente deixa de ser um custo a mais para uma certa atividade econômica para agora fazer parte da economia, no paradigma da dita Economia Verde. Um conjunto de instrumentos para alcançar o desenvolvimento sustentável, que abre as portas para que vários setores industriais passem o trator da privatização em bens comuns que eram patrimônios de comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.

O que tem acontecido é que empresas e governos tem pago pequenos recursos, por um longo tempo às/aos agricultoras/es para que esses não mexem na floresta, o que significa que elas/eles não poderão plantar suas roças, não poderão retirar madeira para fazerem suas casas. O que não se considera é que aquela floresta ainda está ali, porque a forma de convivência das populações sempre se deu de forma harmônica com a natureza e que o preço ínfimo que pagam não é suficiente para compensar as perdas de renda que elas/eles terão. Tais mecanismos são apresentados como forma de proteção das florestas, mas não há uma preocupação, por exemplo, se grandes áreas, com árvores centenárias e diversas, serão derrubadas para se plantar apenas um tipo de variedade, como é o caso do eucalipto em algumas regiões do país, nem aonde e que tipos serão plantadas. O que importa é passar uma imagem de ambientalmente corretos, porque fazem o replantio de árvores, que gerarão mais oxigênio, que também será comercializado.

Essa lógica também mercantiliza o **ar** quando negocia o Crédito de Carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE), que são certificados emitidos para uma pessoa ou empresa que reduziu a sua emissão de gases de efeitos estufa. Nessa comercialização comprar Crédito de Carbono significa comprar uma permissão para emitir gás carbônico, ou seja, para poder poluir

Nossa biodiversidade também está sendo privatizada através das leis de patentes impostas pelos acordos de livre comércio. A capacidade reprodutiva das sementes é reduzida e privatizada pela tecnologia transgênica e os agrotóxicos estão contaminando nossas terras, águas e pessoas.

As mulheres resistem às mudanças climáticas

Os desmatamentos, a queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural) para geração de energia, atividades industriais e transportes; conversão do uso do solo; agropecuária extensiva e descarte de resíduos sólidos (lixo) são atividades que emitem grande quantidade de CO² e de outros gases formadores do efeito estufa, que tem gerado o que chamamos de mudanças climáticas.

As mudanças climáticas têm gerado profundos impactos sociais e econômicos na população, afetando fortemente as/os agricultoras e agricultores familiares, camponesas/as, indígenas e as populações tradicionais, mais vulneráveis, comprometendo seus modos de vida e as bases de seus bens naturais.

Nós, mulheres, vivemos em uma sociedade machista que se apropria de nosso trabalho e nosso corpo e nega nossa autonomia. As implicações dessas alterações climáticas também têm uma marca patriarcal. As mulheres rurais, em muitas comunidades, são responsáveis

por buscar água, cultivar a horta e criar pequenos animais. Quando secam os açudes, riachos ou poços, elas têm que caminhar muitos quilômetros ou ficar horas na fila do caminhão-pipa. Nas cidades, depois das enchentes, são elas que abandonam seus empregos para organizar a precária sobrevivência nos abrigos improvisados em escolas, igrejas.

Outra consequência das mudanças climáticas que atinge diretamente a vida das mulheres é o aumento da violência sexual e doméstica contra mulheres e meninas após catástrofes ecológicas. As mulheres resistem e dão a resposta: construir um mundo igualitário com sustentabilidade! Mesmo em situação de dificuldades, as mulheres vítimas de injustiças ambientais, organizam-se coletivamente, criando redes de solidariedade entre si para enfrentar suas dificuldades e denunciar sua situação ao mundo.

As mulheres resistem às mudanças climáticas e lutam por outro modelo de produção e reprodução da vida em nosso planeta, um modelo que não é baseado na exploração de nenhuma pessoa e é voltado para o bem-estar da maioria das pessoas. Não podemos aceitar que a “solução” para as mudanças climáticas seja a venda do direito de poluir para aqueles que têm dinheiro, sem garantir nenhuma mudança efetiva.

Lutamos contra o aquecimento global, porque queremos que a sustentabilidade da vida humana esteja no centro da organização econômica e política. Queremos que a relação das pessoas com a natureza seja responsável, assegurando a soberania alimentar e energética. Nossa luta é por uma sociedade sem opressão, na qual a responsabilidade pela produção e reprodução da vida seja de todas e todos. Lutamos para que todas e todos possam viver dignamente em um mundo no qual a liberdade e a autonomia das mulheres estejam sempre presentes!

É fundamental que o Estado adote com urgência políticas para a agricultura familiar, de adaptação e proteção aos impactos das mudanças climáticas, que garantam a superação dos obstáculos decorrentes dos efeitos climáticos, inclusive no atendimento às situações de catástrofes e de emergência e na proteção social às/aos mais vulneráveis.

A adaptação aos impactos das mudanças climáticas requer ações diretas sobre os sistemas de produção, muitos de responsabilidade a/os próprias/os trabalhadoras e trabalhadores, mas, que para tanto, precisam contar com efetivo aporte público, especialmente na capacitação, informação, geração de conhecimento, disponibilidade de recursos financeiros, tecnologias adequadas bem como crédito, infraestrutura e serviços públicos necessários às condições de adaptação.

Conflitos e injustiças ambientais

Em nossa sociedade os ricos querem ser sempre mais ricos: vão cercando as terras, expulsando as trabalhadoras e trabalhadores dos meios que garantem suas possibilidades de produzir e sobreviver. Por causa da crise financeira que abalou o mundo a partir de 2008, isto vem aumentando: os ricos utilizam as terras, cobertas de pasto ou monocultura, além de fazerem a prospecção (procura) de minérios como reserva de valor, isto é, como garantia da riqueza que têm. Os governos iniciam grandes projetos de hidrelétricas e estradas como uma tentativa de animar a economia e os chamam de desenvolvimento, progresso. Mas o impacto perverso na vida das comunidades nos faz perguntar: progresso para quem? Ignorando a contribuição das agricultoras e comunidades tradicionais, que por gerações mantiveram e ampliaram a biodiversidade, expulsam e criminalizam

famílias em áreas de unidade de conservação.

O corpo das mulheres tem sido usado numa tentativa de amortecer, diminuir o impacto dos conflitos provocados por este “progresso”. Quando os trabalhadores se revoltaram contra as péssimas condições de trabalho na usina de Jirau, em Rondônia, um deputado machista respondeu que o problema era a falta de prostíbulo. A prostituição é usada também por aqueles que contratam trabalhadores para colheita na monocultura, ao redor das usinas hidrelétricas e das mineradoras para mantê-los em dívida e sob controle.

Quando essas empresas ou megaprojetos chegam aos territórios isolando, expulsando e contaminando, tornando as pessoas máquinas-objetos, encontram muita luta e resistência por parte das mulheres. O poder público não pode se calar, precisa proteger nosso território e nossa população, quando necessário abrindo processos de negociação com a participação ativa das comunidades e das mulheres, sem constrangimentos ou cooptação. As mulheres têm propostas alternativas para a economia, a infraestrutura e os serviços de suas regiões e estas têm que ser consideradas e implementadas.

As mulheres em nossa sociedade muitas vezes não são consideradas iguais, são discriminadas, ou seja, não são tratadas com igualdade, respeito e consideração. Por isso, é importante reafirmar que elas podem ter seus próprios sonhos e desejos e torná-los realidade. Esta injustiça ambiental destrói não só a vida das mulheres, mas de suas comunidades. Quantas plantas domesticadas pelas mulheres nos quintais se perdem quando os quintais são suprimidos pela monocultura da cana ou da soja? Quanto conhecimento na coleta e manejo de plantas medicinais se perde quando as mulheres não podem caminhar livremente pelos bosques e florestas com medo da violência?

Nossos biomas: conflitos e desafios

O Brasil destaca-se pela imensa riqueza de sua biodiversidade, no entanto, vem perdendo-a por desconhecer o potencial das mesmas, e não ter políticas efetivas de apoio à conservação.

O caso da Mata Atlântica é emblemático: vem sendo explorada há anos e hoje está reduzida a menos de 7% do seu tamanho original. No Cerrado vemos grandes extensões ocupadas por monoculturas, sendo plantios florestais como os eucaliptos, que, sob a argumentação da fixação de carbono, abastecem as grandes produções de celulose. A biodiversidade nestes espaços está comprometida, transformando regiões em “desertos verdes”, perdendo toda sua capacidade produtiva e regenerativa, como podemos ver também em outras regiões do país.

O Pantanal, maior planície inundável do mundo, com um sensível equilíbrio de seu ecossistema, está sendo ameaçado pelas novas tendências de desenvolvimento econômico, que substitui os saberes tradicionais das populações pantaneiras pela exploração intensiva do potencial hidrelétrico, da pecuária e da atividade agrícola, com aumento da plantação de eucalipto, alterando significativamente os ciclos da região.

A Caatinga tem sido a principal fonte de vida, produção e renda de milhares de famílias nordestinas, que movimentam as economias locais e mostram como há riqueza nessa região. No entanto, a cada ciclo de seca, a economia no semiárido sofre fortes impactos dificultando a qualidade de vida das populações nesta região. Outros fatores agravantes na região são ocasionados pela ausência de uma política permanente de convivência com o semiárido. Uma política que tenha enfoque social, baseada nos saberes locais, e nas

tecnologias alternativas historicamente testadas e aprovadas pelas comunidades.

Atualmente, muitas são as informações sobre a degradação da caatinga, mas pouco se sabe sobre o aproveitamento econômico da biodiversidade existente nesta vegetação e os impactos gerados pela desertificação. A falta de mais investimentos na sistematização destes conhecimentos mantém desconhecidas as riquezas da caatinga, que poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento local sustentável, respeitando suas limitações naturais e necessidade das populações.

Sabemos que a resistência dos povos do Cerrado, da Caatinga, da Mata Atlântica, do Pantanal está diretamente relacionada ao uso sustentável dos bens naturais e o emprego de práticas agroecológicas, na defesa da vida, na briga contra a tomada de áreas de nascentes pelos eucaliptos, na luta para que grandes projetos de perímetros irrigados não se apropriem de áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar e agroecológica, como tem acontecido na Chapada do Apodi. Esse tem sido um exemplo de resistência onde os movimentos sociais, em especial o movimento feminista, tem se organizado contra um projeto articulado pelo Ministério da Integração Nacional através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com investimentos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que pretende transformar a região em um perímetro irrigado voltado para a produção de frutas por empresas do agronegócio. Está prevista a desapropriação de uma área de cerca de 14 mil hectares (o equivalente a 14 mil campos de futebol) para a implementação de um projeto de fruticultura irrigada. Ali, habitam atualmente cerca de 800 famílias, divididas em cerca de 30 comunidades rurais, que tem sido referência nacional na produção agroecológica.

A situação da Amazônia Brasileira também é preocupante. A região, conhecida como pulmão do mundo, tem sofrido com o aumento da devastação causada por megaempreendimentos, que atuam através de uma agricultura chamada de “moderna”, beneficiada e apoiada por governos, os grandes madeireiros e o agronegócio e expulsam as populações ribeirinhas, extrativistas e agricultoras. Além da expansão desse modelo de produção gerar um dos maiores processos de concentração da terra, provocando assim grandes perdas sociais, privando o acesso aos bens comuns, também tem provocado uma tragédia ecológica.

A agricultura e a pecuária, grandes obras de infraestrutura, a exploração madeireira, a grilagem de terras, o garimpo e a construção de hidrelétricas são atividades com grandes impactos sobre a floresta, especialmente quando são feitas de forma ilegal ou sem obedecer a um zoneamento ecológico-econômico. Vemos que o desmatamento em favor da pecuária, da produção de soja, da exploração de recursos minerais continua sendo grande motivo de preocupação, pois destroem árvores seculares que abrigam uma riqueza de animais, plantas, insetos, aves que também estão sendo destruídas.

Tal processo de degradação vem sendo potencializado pelas grandes obras desenvolvidas na Amazônia, a exemplo das hidrelétricas, provocando a degradação das águas e da biodiversidade em nome do desenvolvimento. Mas o impacto perverso na vida das comunidades nos faz perguntar: progresso para quem? Ignorando a contribuição das agricultoras e comunidades tradicionais que por gerações mantiveram e ampliaram a biodiversidade, expulsando e criminalizando famílias em unidades de conservação?

Essa realidade tem gerado o aumento dos conflitos, por exemplo, entre pescadores artesanais e a pesca comercial. A exploração desenfreada tem gerado escassez, colocando em risco de extinção diversas espécies de peixes, além de manter em poucas mãos a concentração da renda do pescado, um bem oferecido pela natureza e que tem sido a base alimentar das famílias na Amazônia.

Lamentavelmente o processo de perda de biodiversidade atinge também a Região Sul, onde algumas áreas já são consideradas semiáridas, demandando políticas anteriormente destinadas apenas ao semiárido nordestino. Esta biodiversidade continua sendo ameaçada pelas monoculturas, em especial do eucalipto, pelo uso excessivo de agrotóxicos e pelos plantios transgênicos.

Sabemos que existe um processo de criação de Unidades de Conservação que têm buscado preservar o ambiente. No entanto, o processo de regularização dessas áreas não tem se dado como deveria, principalmente quando se trata de reservas extrativistas e marinhas. Vemos que os órgãos que tratam das questões ambientais têm poucos recursos e profissionais para o desenvolvimento das ações. Esse descaso tem gerado sérios conflitos que tendem a criminalizar as lideranças e organizações locais, que tem resistido aos avanços dos interesses dos grandes empresários, na luta pela conservação dos bens naturais.

Além de todos estes desafios, vemos a aprovação de leis que atendem apenas aos interesses dos empresários que buscam o perdão aos danos ambientais cometidos pelos desmatamentos e pela destruição de Áreas de Proteção Permanente. A aprovação da revisão do Código Florestal Brasileiro foi o grande exemplo dessa contradição: premiou quem não cumpriu com sua parte na convivência equilibrada entre produção e preservação, deixando sem nenhuma alternativa de apoio os que cumpriram com as leis anteriormente vigentes.

Todos os Biomas carecem de uma política orientada para que o uso sustentável e conservação dessas áreas. É necessário que seja colocada em prática uma política que garanta o acesso, a produção e a vida das populações tradicionais com condições de fomentos orientados à proteção do Bioma, à valorização da sociobiodiversidade e dos bens naturais. Esse é um dos grandes desafios deste século: conciliar desenvolvimento econômico, a qualidade de vida das famílias tradicionais e a conservação da sociobiodiversidade e dos bens comuns.

As mulheres na defesa da Sociobiodiversidade

As mulheres do campo, da floresta e das águas vêm resistindo à destruição da sociobiodiversidade pela ação do agronegócio e das corporações transnacionais. São milhares de camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras que sobrevivem do uso sustentável da biodiversidade com práticas que expressam o saber acumulado sobre os ecossistemas, o patrimônio genético, as formas sustentáveis de produção e conservação das sementes, alimentos, plantas medicinais e domesticação das espécies. Sobrevivem em situações de conflito em seus territórios e resistem na luta pelo livre acesso à sociobiodiversidade. As quebradeiras de coco babaçu são um exemplo, dentre tantos outros, por manterem viva a resistência e luta pelo livre acesso e pela proteção dos babaçuais.

As práticas desenvolvidas nos quintais expressam os saberes agroecológicos que se ampliam no exercício dos intercâmbios de experiências e desafiam ao aprofundamento da relação entre cultura e nutrição e à construção de estratégias e políticas públicas que assegurem as condições para o processamento artesanal e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Para as mulheres, a natureza, a sociobiodiversidade e o conhecimento são patrimônios

dos povos para o bem de toda a humanidade e devem ser defendidos da ação destrutiva do agronegócio e das grandes corporações que se apropriam e tratam os recursos naturais apenas como um negócio que gera lucros.

As mulheres são guardiãs da biodiversidade e sempre estiveram à frente do cultivo de plantas medicinais e das práticas de medicina caseira. Em muitos casos, foi a preocupação das mulheres com a saúde e as práticas de cultivo e uso das plantas medicinais que abriram as portas para a transição agroecológica nas unidades familiares. São inúmeras as experiências agroecológicas de cultivo de plantas medicinais que se constituem em verdadeiras “farmácias vivas” e são estratégias de resistência ao agronegócio e ao lucrativo mercado farmacêutico.

Boa parte dos medicamentos hoje disponíveis no mercado farmacêutico foi desenvolvido, direta ou indiretamente, a partir de plantas medicinais. Isso explica, por exemplo, as pressões feitas pelas transnacionais e pelos grandes laboratórios no sentido de restringir e desqualificar o uso popular das plantas medicinais, implantando mecanismos de propriedade intelectual e registro de patentes e inibindo a valorização do uso popular das plantas medicinais e dos remédios caseiros por programas de políticas públicas.

É por isso que as mulheres defendem a elaboração e implementação de uma Política Nacional de Plantas Medicinais que respeite, valorize e resgate o conhecimento tradicional, incentive a prática da medicina caseira e garanta o livre acesso às plantas medicinais. Muitas mulheres ainda têm esse conhecimento que precisa ser preservado.

O SUS precisa valorizar o conhecimento das plantas medicinais. Precisamos expandir esse conhecimento. As grandes empresas valorizam esse conhecimento só que reconhecem de outra forma, explorando e levando esse conhecimento das mulheres, dos indígenas, das populações tradicionais e transformando isso em mercadoria. As empresas transnacionais levam ervas brasileiras pra Europa, transformam em produto e vendem pro Brasil, em forma de remédio processado. A Política Nacional de Plantas Medicinais precisa prever incentivos e mais recursos para o cultivo e uso das plantas medicinais na produção agroecológica. Expandir as farmácias vivas e preservar e divulgar o conhecimento tradicional de uso das plantas medicinais e do parto natural para promover a saúde.

A política nacional precisa também descriminalizar a recomendação de uso das ervas naturais, que faz parte da cultura nacional. Muitas mulheres que recomendam o uso das plantas medicinais começam a ter medo da polícia bater na sua porta e acusá-las de exercício ilegal da medicina.

Ao mesmo tempo essas diversas experiências vêm contribuindo para a soberania alimentar, com a diversificação da produção, a conservação da agrobiodiversidade e a auto-organização das mulheres. O reconhecimento dessas práticas nos vários biomas e territórios deve ser um compromisso do Estado traduzido em políticas públicas e em ações de defesa das suas populações.

Na plataforma política das mulheres estão entre as nossas prioridades a defesa das práticas agroecológicas, de estratégias e propostas de regulação e políticas públicas, que preservem e garantam a convivência com a sociobiodiversidade.

PARA CONTINUAR CONVERSANDO:

1) Como está a sociobiodiversidade e o acesso aos bens comuns na sua região? Existem ameaças? Quais? E potencialidades? Como as mulheres se relacionam com os produtos da sociobiodiversidade? O que tem sido feito pelos grupos produtivos de mulheres?

2) O que vocês acham que podem fazer para preservar a sociobiodiversidade e garantir o acesso aos bens comuns para sua comunidade? O que precisa ser dialogado com os/as responsáveis do seu município/estado/região?

3) Como vocês avaliam as políticas voltadas à preservação da sociobiodiversidade e o acesso aos bens comuns? Elas acontecem na vida das mulheres? São suficientes? Que mudanças são necessárias?

EIXO 4 – AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA

A autonomia econômica significa para as mulheres do campo, da floresta e das águas ter independência financeira, isto é: capacidade de sustentar a si mesmas e as pessoas que delas dependem; ter acesso a políticas públicas e aos recursos necessários para produzir; ter controle sobre o seu tempo, mas, também, ter o controle sobre o próprio corpo e sua vida. Em outras palavras, as mulheres devem ter condições de ter liberdade de decisão, serem donas dos seus destinos e das suas vidas. Com este entendimento, para debater autonomia econômica, é fundamental reconhecer o trabalho das mulheres e questionar a divisão sexual do trabalho.

No campo, a divisão sexual do trabalho se estrutura a partir das tarefas da casa e as do roçado e na hierarquia entre as tarefas realizadas por mulheres e homens nesses espaços. A separação entre os espaços do roçado e da casa define o que é considerado trabalho pesado e trabalho leve ou ainda, trabalho e não trabalho. Desvalorizar o trabalho doméstico e de cuidados sempre foi uma forma de desvalorizar, controlar e oprimir as mulheres.

Esse é uma das questões na qual mais precisamos avançar. Uma pesquisa realizada nas cinco regiões do Brasil em 2013, pela organização Plan Internacional, intitulada “Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências” denuncia um contexto de gritantes desigualdades de gênero entre meninos e meninas: quando perguntadas sobre o acesso aos direitos, violências sofridas, barreiras, sonhos e superações, a realidade vivida pelas meninas mostra o quanto o pleno desenvolvimento de suas habilidades para a vida está comprometido. No que se refere à responsabilidade pelos afazeres domésticos, identificamos que enquanto 76,8% delas lavam louça e 65,6% limpam a casa, apenas 12,5% de seus irmãos contribuem com a lavagem da louça e 11,4% com a limpeza da casa. Os dados mostram ainda que uma menina em cada cinco conhece outra que já sofreu violência, além de 13,7% das meninas de 6 a 14 anos trabalharem ou já terem trabalhado fora de casa.

No meio rural, a vida das mulheres também é marcada por uma realidade de relações patriarcais. Na grande maioria das situações, os homens determinam os rumos da família, que se organiza a partir do poder masculino, centrado na figura do pai, cujos interesses são apresentados como sendo de todo mundo, de toda a família. Nesse cenário, os desejos e opiniões das mulheres são oprimidos e o trabalho produtivo e reprodutivo que realizam é invisibilizado. Romper este sistema social é um dos desafios da Marcha das Margaridas.

Como é visto pela sociedade o trabalho realizado pelas mulheres

Embora se diga que as mulheres nasceram para ser mães e que essa deve ser sua principal função, sabemos que as mulheres estão em todos os espaços, ao mesmo tempo realizando as atividades produtivas e as reprodutivas, gerando bens e renda. Por produção entende-se o que pode ser transformado em mercadoria e vendido no mercado, e por reprodução as atividades vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados.

No capitalismo, houve uma redução do conceito de trabalho àquelas atividades vinculadas ao mercado, enquanto antes do capitalismo o trabalho consistia no conjunto das atividades necessárias à existência humana. Desta forma, o capitalismo instituiu a separação entre esfera produtiva e esfera reprodutiva, que corresponde à separação entre espaço público e espaço privado.

O modelo capitalista de desenvolvimento valoriza apenas produtos que podem ser comercializados. Produtos para autoconsumo, a produção extrativista, as trocas solidárias, não são consideradas como parte da economia. Da mesma forma, o trabalho realizado pelas mulheres, na casa e nos cuidados com filhas/os e idosas/os não é reconhecido. É preciso rever essa visão limitada da economia, para uma concepção mais ampliada voltada para o bem estar de todas e todos.

Participação econômica das trabalhadoras rurais

É verdade que as mulheres ainda são colocadas na invisibilidade, mas também é verdade que elas têm conquistado espaços e há um processo crescente de reconhecimento das trabalhadoras rurais.

No Brasil, em 2010, a média da contribuição das mulheres para o rendimento familiar foi de 40,9%, enquanto que a média da contribuição dos homens foi de 59,1%. Para as mulheres residentes em áreas rurais, a contribuição monetária delas no rendimento familiar total foi ligeiramente maior que nas áreas urbanas. Na maioria dos municípios do Nordeste o indicador superou 50%, sendo a contribuição das mulheres maior que a dos homens no rendimento familiar.

As mulheres, também, têm assumido, cada vez mais, a responsabilidade pelo grupo familiar. Nas áreas rurais, a chefia familiar feminina aumentou, passando de 14,6% para 17,7% entre 2006 e 2010 (IBGE/PNAD, 2006 e IBGE/Censo, 2010).

Nas atividades agrícolas, quando consideramos a distribuição das pessoas ocupadas na agricultura, conforme ocupação, identificamos, em 2013, que as mulheres representavam 56,9% das pessoas não remuneradas, ou seja, que trabalhavam e não recebiam remuneração pelo trabalho que realizado, e eram 54,4% das que produziam para consumo próprio. Elas representavam 29,8% das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas.

Na medida em que tem aumentado a utilização de tecnologia nas atividades realizadas no campo, em algumas regiões e setores, observa-se o crescimento da população masculina na área rural. A proporção da população feminina na área rural era de 48,29% em 1991 e diminuiu para 47,98% em 2001, média mantida em 2010, com 47,4%. (IBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010).

Com relação ao autoconsumo, temos visto que algumas atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres, como por exemplo, cuidar de aves e produzir hortaliças, estão passando a ser realizadas por homens em postos assalariados, permanentes ou temporários, passando a ter mais reconhecimento e valorização.

Como é possível constatar nos dados acima, as mulheres estão concentradas nas atividades não remuneradas e para consumo próprio, o que contribui para a invisibilidade do trabalho que realizam. Além disso, ainda tem uma longa jornada de trabalho. Relatos e relatórios de atividades desenvolvidas nos Territórios da Cidadania, entre 2009 e 2010, apontam que as mulheres trabalhavam até 17 horas por dia, iniciando sua jornada às 4h da manhã e concluindo às 21 horas.

Quando se analisa a divisão dessas horas diárias entre os diferentes tempos (da produção, do trabalho doméstico e de cuidado, da participação política e do lazer) observamos, em todos os casos, que o maior tempo das mulheres é dedicado à esfera reprodutiva. Nesse sentido o total de horas dedicadas à esfera reprodutiva, do trabalho doméstico e de cuidados, dificulta a ampliação das atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres.

Economia Feminista e Solidária e a força dos grupos produtivos de mulheres

Os movimentos de mulheres questionam a lógica da economia atual e propõem uma visão ampliada, a partir de um modelo sustentável, voltado para o bem estar de todas e todos e não para os lucros do mercado.

A economia feminista coloca a sustentabilidade da vida humana e o bem-estar coletivo no centro da organização econômica e territorial. A economia feminista questiona o fato de haver uma divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens o trabalho produtivo (a produção de mercadorias) e às mulheres o trabalho reprodutivo (o cuidado das pessoas), além de estabelecer uma hierarquia na qual o trabalho produtivo é considerado mais importante que o reprodutivo.

A abordagem da economia feminista ampliou o enfoque econômico ao reconhecer o papel fundamental do trabalho doméstico e de cuidados na vida econômica e social e visibilizar as experiências das mulheres e sua contribuição para a economia. Mostra também como a produção mercantil não está desvinculada da reprodução e com isso demonstra que o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica, sua contribuição para a renda das famílias e a relação com a exploração capitalista.

Chamamos de grupos produtivos de mulheres rurais aqueles que se formam com o objetivo de atuar coletivamente para obterem algum tipo de renda. Em geral, são fundamentados na cooperação, na solidariedade e na partilha dos bens, diferente da economia capitalista, onde a competição e a busca incessante pela lucratividade acima de qualquer ética e respeito ao meio ambiente é uma prática comum.

Em geral, a renda mensal que os grupos obtêm destas atividades é um valor muito abaixo do salário mínimo, podendo variar de valor, dependendo do período e também do mercado, mas tem um grande impacto produtivo e econômico principalmente entre as mulheres.

Ao participarem desses grupos muitas mulheres começam sua organização política e passar a ter maior autonomia econômica, pois elas deixam de depender do companheiro para comprar roupas íntimas, roupas para o filho, material escolar. É nestes grupos que as mulheres descobrem que seus problemas, aparentemente individuais, não são apenas dela, e nesse espaço são tratados coletivamente, pois elas trabalham na tarefa geradora de renda ao mesmo tempo que dialogam sobre as problemáticas e questões do ser mulher.

Os grupos que fazem parte da Economia Solidária em todo Brasil e em muitos outros países são organizados de uma forma onde todas as pessoas do grupo são responsáveis pela produção, venda, administração etc., sem ter um patrão que manda, explora, humilha e enriquece às custas das/os empregadas/os.

Atualmente, as vendas para o governo através do que chamamos mercados institucionais, como PAA – Programa de aquisição de alimentos e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, têm potencializado a organização e a estruturação dos grupos produtivos de mulheres, gerando renda.

O Estado brasileiro precisa reconhecer e apoiar a organização produtiva das mulheres. Na última década muitas foram as conquistas, mas ainda há muito a se avançar para superar grandes ameaças, aprimorar o marco regulatório, universalizar e colocar em prática

políticas públicas estruturantes.

O que defendemos como políticas de fortalecimento da autonomia econômica trabalho e renda das mulheres rurais

A Marcha das Margaridas defende a importância de se estabelecer novas formas de relação com o mercado com base em valores de cooperação, troca e solidariedade, valorizando a diversidade produtiva, a pesca artesanal e a participação das mulheres. Devem ser fomentadas e fortalecidas as feiras agroecológicas, os pequenos e médios varejos, cooperativas e grupos de consumidoras e consumidores e o mercado institucional (compras públicas de alimentos e sementes pelos governos) e apoio às práticas de autoconsumo.

A inserção das mulheres nos espaços de comercialização ainda se configura como um grande desafio, pois esta atividade, considerada produtiva, ainda é tradicionalmente atribuída aos homens. A garantia de comercialização permanente da produção é um dos elementos fundamentais para efetivar a autonomia econômica das mulheres, tendo, no entanto, a soberania e a segurança alimentar como prioridade, com a produção de alimentos saudáveis por meio da percepção agroecológica.

Quando se trata de políticas públicas, seja de crédito ou fomento para as trabalhadoras rurais, muitos são os entraves de ordem institucional e legal, principalmente para o acesso ao crédito. Na base de todos os aspectos que dificultam o acesso está a divisão sexual do trabalho e a cultura patriarcal e machista que insiste em negar a capacidade produtiva e a autonomia das mulheres.

Como a maioria das mulheres rurais ainda não tem condições de decisão autônomas pela dificuldade de planejamento coletivo nas famílias, geralmente sem nenhuma discussão com elas – muitas vezes quando as mulheres se informam sobre a possibilidade de acesso ficam sabendo que o volume total de crédito disponível para a família já foi contratado - o debate sobre financiamento não deve se dar apenas pela via do crédito. Como consequência dessa falta de autonomia econômica, muitas mulheres ainda não têm as condições estabelecidas pelos bancos para o acesso aos créditos, inclusive por esse desconsiderar muitas das atividades produtivas desenvolvidas por elas: faz-se necessária a implantação de novas políticas de fomento que possa contribuir com um primeiro passo destas mulheres.

Para contribuir e fortalecer a produção desenvolvida pelas mulheres é fundamental uma assistência técnica e extensão rural (ATER) que considere as suas demandas, desejos e produções, que tenha informações atualizadas dos programas e políticas de governo, potencializando o acesso a fomentos e créditos, e consiga construir propostas e acompanhamentos adaptados às suas dinâmicas de trabalho e à vida das mulheres. O trabalho da ATER precisa contribuir com o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e de seus grupos, possibilitando que as decisões sejam tomadas por elas, inclusive sobre o que fazer com a renda obtida e sobre destinação destes recursos, considerando seus desejos, suas capacidades, de forma autônoma.

Há muitos anos, o acesso ao crédito é tema das pautas de reivindicação das mulheres, traduzido na forma de um crédito específico para as mulheres, voltado para empreendimentos individuais e coletivos, com risco da União ou de forma desbancarizada.

No entanto, algumas dificuldades permanecem. Os entraves para o acesso ao Pronaf Mulher se multiplicam, desde o processo de elaboração do projeto, que muitas vezes não

reconhece a proposta das mulheres, até a negociação com os Bancos, que impõem uma lógica que não considera e exclui o universo produtivo das mulheres.

O reconhecimento da produção para o autoconsumo como renda é essencial quando se trata do papel das mulheres na economia e deve ser traduzido em condições objetivas para o acesso aos recursos necessários para os quintais produtivos e organização produtiva das mulheres.

A relação entre Ater e Crédito, entre Ater e Fomento, devem assegurar o projeto das mulheres, considerando sua realidade, potencial produtivo e condições para comercialização. Nesse sentido, destaca-se como importante conquista, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, a definição de que o público atendido pela Assistência Técnica seja composto obrigatoriamente por 50% de mulheres.

Com todos os obstáculos à sua autonomia, diversas experiências são desenvolvidas por mulheres, individualmente ou em grupo, seja de acesso a linhas de crédito, a fundos rotativos solidários, que devem ser sistematizadas, na perspectiva de orientar a construção de políticas públicas de financiamento da produção agroecológica das mulheres.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Alimentação Escolar (PNAE) são duas políticas públicas que representam grandes conquistas da sociedade e vem abrindo caminhos e oportunidades para o acesso das mulheres ao mercado institucional, na medida em que: 1) os programas são flexíveis e permitem a compra de grande diversidade de alimentos e em menor escala; 2) os alimentos são adquiridos diretamente da agricultura familiar e de suas organizações; 3) valorizam e adquirem alimentos produzidos pelas mulheres (hortaliças, bolos, frutas, geleias, pães e biscoitos). No caso específico da alimentação escolar, a criação de um mecanismo de compra de grupos informais é uma inovação e abre ainda mais possibilidades para a inserção das organizações de mulheres no mercado institucional. Todavia, ainda é necessário ampliar o acesso efetivo das mulheres a estes programas, visto que em muitos casos, ainda que os produtos das mulheres sejam comercializados, os projetos de venda ficam oficialmente em nome dos maridos. É fundamental que estes programas reconheçam e valorizem o papel econômico e social desempenhado pelas mulheres e que as mesmas recebam diretamente o pagamento pelos seus produtos.

No caso do PAA, manifestamos enorme preocupação com algumas alterações normativas que, de um lado, aumentam a burocracia exigida pelo programa e, de outro, acabam por priorizar sua execução por meio de prefeituras e estados. Essas alterações põem em risco um dos maiores méritos do PAA, que é o de fortalecer a articulação das organizações sociais como co-gestoras e operadoras do programa.

A questão sanitária e seus entraves foi um dos principais pontos apresentados pela pauta da Marcha das Margaridas em 2011. A inadequação das atuais normas sanitárias ao modo de produção de base familiar e artesanal se constitui em uma das principais dificuldades para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais. É uma lógica perversa que empurra os alimentos para a industrialização e padronização, exclui quem não tem condições de arcar com os enormes custos para atender à legislação e impede que a população tenha acesso a alimentos diversificados e saudáveis, produzidos a partir de conhecimentos e práticas tradicionais. Esse cenário contribui para que parte considerável da produção das mulheres, tais como ovos, galinha caipira, queijos, polpa de frutas, pães, entre outros, não seja comercializada nos mercados formais, inclusive no PAA e PNAE.

Portanto, a publicação da Resolução 49/2013 pela ANVISA, após ampla consulta pública,

merece ser comemorada pelas Margaridas. Esta resolução apresenta normas específicas para a produção familiar e empreendimentos solidários e se propõe a preservar a característica artesanal dos alimentos e a priorizar uma fiscalização voltada mais para a orientação do que para a punição. A RDC busca ainda promover a integração e a articulação dos processos e dados do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) com os demais órgãos e entidades com o objetivo de evitar a duplicidade de exigências para os empreendimentos. Na prática as atividades classificadas como sendo de baixo risco (essa classificação está em construção) poderão ser automaticamente regularizadas junto aos órgãos de vigilância sanitária mediante apresentação de alguns documentos, podendo, inclusive, ser regularizados os empreendimentos instalados nas residências. Outras inovações da RDC referem-se à permissão para que as atividades que requeiram responsável técnico possa ser exercida por voluntárias/os (que devem passar por um processo de treinamento), além da isenção de taxa de vigilância sanitária

É necessário que essa resolução seja efetivamente implementada em todo o Brasil. Por outro lado, em relação aos produtos de origem animal e polpas de frutas, permanecem normas excludentes e inadequadas e a dificuldade de diálogo com o MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

É urgente e necessário que se deem passos largos e concretos para avançar nessa questão por meio da criação de legislação e sistema de inspeção sanitários específicos para a produção familiar e artesanal, fundamentados em conhecimentos, práticas, experiências e modos de vida das agricultoras e agricultores, contemplando também a diversidade cultural e alimentar que caracteriza a produção desses alimentos.

Luta das trabalhadoras rurais

As mulheres questionam as bases do atual modelo de desenvolvimento, que é excludente e discriminatório. Queremos um desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental, na inclusão econômica e social, que promova relações justas de trabalho e assegure igualdade de condições para as mulheres trabalhadoras.

Para reverter este quadro a história tem registrado uma longa trajetória de resistência e de luta das mulheres. Luta pela sindicalização e participação igualitária com os homens nos espaços decisórios; pela igualdade de direito como representante da família. Para as mulheres rurais, ao longo dos anos foram registradas importantes conquistas, como: a licença maternidade; direito e acesso à previdência; obrigatoriedade da titulação conjunta da terra; a documentação civil e trabalhista, a assistência técnica – ATER para mulheres e o crédito, como o Pronaf Mulher, para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher agricultora.

Juventude

O êxodo rural da primeira década do século XXI apesar de ter caído 50% em termos percentuais, comparado há décadas anteriores, continua considerável. O censo demográfico 2010 do IBGE aponta que entre os anos 2000 e 2010, mais de 2 milhões de pessoas deixaram o campo. Conforme PNAD 2009 há mais de 5,5 milhões de jovens rurais (de 15 a 29 anos), que integram a População Economicamente Ativa do país. A inserção no mundo do trabalho não resulta, necessariamente, em cidadania. Para aproveitar toda essa capacidade da juventude rural é preciso que propostas como a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude sejam efetivamente assumidas e

implementadas pelo Estado. Propostas como educação de qualidade, a superação no processo desigual de acesso e permanência nos postos de trabalho, o resguardo dos direitos trabalhistas, a renda digna e desenvolvimento humano com cidadania plena são fundamentais. Para tanto é preciso ampliar e intensificar as políticas inclusivas, em especial, de famílias de baixa renda, mulheres jovens e a juventude negra, que vivenciam realidades de desigualdade, reproduzidas historicamente.

Salário Mínimo

A política de valorização do salário mínimo é fundamental para a distribuição da renda e melhoria das condições sociais e econômicas de grande parte da população, assim como para o desenvolvimento sustentável com justiça social. Historicamente, essa tem sido uma das principais proposições da Marcha das Margaridas, que reconhece que essa política proporcionou ganhos reais para as trabalhadoras e trabalhadores na última década. No entanto, essa política respondeu apenas à distribuição em relação ao crescimento atual da economia, mas não enfrentou a desvalorização acumulada em 40 anos.

Trata-se, para nós, de uma estratégia acertada para combater a pobreza e enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens. No entanto, essa política precisa estar alicerçada por uma política de desenvolvimento, que não pode ser confundida com crescimento econômico. Deve ser uma política de Estado, comprometida com condições de vida digna e justiça social, para mulheres e homens, do campo e da cidade, em especial as mulheres, que sofrem intensamente as consequências da discriminação e desigualdade de gênero e raça.

Direitos Previdenciários

A garantia dos direitos previdenciários faz parte da história de luta das mulheres trabalhadoras rurais. A Previdência Social tem sido a política pública de maior impacto econômico e social no meio rural e na vida econômica da maioria dos municípios brasileiros. A principal questão a ser enfrentada é a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro, sem comprometer as conquistas históricas das/os trabalhadoras/es rurais, em especial das mulheres trabalhadoras rurais. No Brasil, a feminização da velhice fortalece a importância da extensão da seguridade social às trabalhadoras rurais, no entanto, as mulheres rurais idosas ainda necessitam de políticas sociais que tratem problemas como o abandono familiar, mal tratos com violência física, psicológica e sexual. Incidir sobre essa problemática torna-se fundamental em um país que a longevidade média é de 74,8 anos e que mais de 23 milhões tem mais de 63 anos. (IBGE/2013)

O trabalho das Assalariadas Rurais

Segundo dados da PNAD (2013), o Brasil possui aproximadamente 4 milhões de assalariadas e assalariados rurais. No geral, essas relações de emprego são marcadas pelo elevado grau de informalidade – que atualmente atinge a ordem de 2,4 milhões de trabalhadoras/es - e pela precariedade das condições de trabalho. Este cenário é consequência do modelo de desenvolvimento predominante no meio rural e se vale, ainda, do próprio perfil socioeconômico destas/as trabalhadoras e trabalhadores – elevado índice de analfabetismo, baixa escolaridade, ausência de capacitação, insegurança alimentar e péssimas condições de vida.

É preciso destacar a situação das assalariadas nas relações de trabalho no campo, sobretudo se considerarmos a sua maior situação de vulnerabilidade. Um dos primeiros aspectos a ser observado é que, assim como ocorreu no meio urbano, criou-se a ideia de que os postos de trabalho do campo deveriam ser destinados unicamente aos homens. No geral, este ideário foi construído a partir da figura do “chefe de família” – único detentor do direito de trabalhar para sustentar a família. Entretanto, no meio rural, ele também está associado à suposta incapacidade física das mulheres para preencherem tais postos. Estes fatores contribuíram consideravelmente para o processo de masculinização do assalariamento rural brasileiro.

Em que pese haver uma equivalência entre o número de homens e mulheres tanto no campo como no meio urbano (que também concentra um elevado número de assalariadas/os rurais), dos 4 milhões de postos de trabalho do campo somente 450 mil (11,1%) são ocupadas pelas mulheres. É oportuno ressaltar que 50,6% das contratações de mulheres ocorrem na informalidade, provocando, conseqüentemente, a supressão de direitos trabalhistas e da proteção social e previdenciária de cerca de 227 mil mulheres.

Não bastasse a restrição na participação nos postos de trabalho, as assalariadas rurais são submetidas à remunerações inferiores às pagas aos homens. Em média, as mulheres recebem cerca de 84% da remuneração masculina, mesmo quando as funções são idênticas. Outra informação que chama a atenção, refere-se a remuneração média das assalariadas rurais, pois cerca de 24% das assalariadas rurais recebe até 0,5 salário mínimo.

Em algumas atividades desenvolvidas no campo, essa situação se revela ainda mais grave. É o que ocorre, por exemplo, nas relações de trabalho onde os assalariados rurais são contemplados com a cessão de moradia e suas esposas acabam realizando diversas tarefas para os seus empregadores. Nestes casos, a esposa do assalariado é, na verdade, uma assalariada rural, todavia, é tratada como um assessorio ao “objeto” principal, o marido.

É preciso considerar que, entre as/os próprias/os trabalhadoras/es e muitas vezes nas entidades sindicais, predomina o entendimento de que, no caso citado acima, não se trata de uma relação de emprego. Tal fato traz um grande desafio às entidades sindicais, que é a missão de fazer com que aquela mulher seja reconhecida como sujeito de direito, como assalariada rural.

Outro desafio do MSTTR é elevar o número de assalariadas rurais, garantindo, além da contratação, as mesmas condições de remuneração e de trabalho dadas aos homens. Apesar de terem sido tomadas algumas iniciativas pelas entidades sindicais, como a fixação de percentual mínimo de contratação de mulheres nos processos de negociação coletiva, estas ações ainda são isoladas e pontuais, considerando a quantidade de acordos e convenções coletivas. Após décadas de negociações coletivas, é preciso questionar: porque reivindicações como estas não constam como prioridades nas pautas apresentadas à classe patronal?

Por outro lado, é inegável que o aumento na contratação de mulheres nas relações de emprego rural dependerá da adoção de ações pelo Estado que desconstruam a concepção de que o assalariamento rural é um espaço destinado aos homens e, sobretudo, que ofereça as condições mínimas de vida para que as mulheres possam preencher estes postos de trabalho. Como resolver, por exemplo, a situação das assalariadas rurais que ficam impossibilitadas de trabalhar por não possuírem creches ou escolas de tempo integral para deixar suas/seus filhas/os? Conforme é do conhecimento de todos, há um déficit do

número de creches no país, situação que é agravada no meio rural. O que fazer para resolver?

Em um número restrito de convenções e acordos coletivos de trabalho, as entidades sindicais conseguiram negociar com a classe patronal a construção de creches nas frentes de trabalho, todavia, na maioria dos casos esta conquista está condicionada a contratação de um número mínimo de mulheres. Como exemplo temos acordos que estabelecem que toda empresa que contratar mais de 15 mulheres fica obrigada a construir uma creche. Não se pode desconsiderar o avanço desta conquista, contudo, é preciso estar atentas/os para que tais negociações não gerem uma limitação parte das empresas de contratação de mulheres, para não terem que ter esse “gasto” a mais. Ou seja, se a convenção prevê que empresas com mais de 15 trabalhadoras é obrigada a construir creche, muitos empregadores podem proibir a contratação superior a esta quantidade.

Outros avanços são consideráveis nos processos de negociação coletiva, como extensão da licença maternidade para além dos meses previstos em lei; liberação para amamentar filhas/os; abonos para consultas preventivas e para casos de internamento de filhas/os ou dependentes legais, dentre outros. No entanto, todos estes avanços sempre deixam no ar o temor de que possam contribuir para a baixa contratação de mulheres, principalmente, porque todos esses direitos sociais são considerados custos pelos empregadores.

Nota-se, portanto, que a atuação sindical, apesar de necessária e eficaz, não pode ser considerada a única ferramenta para resolver os problemas das assalariadas rurais, sobretudo pelo risco de que tais conquistas tornem-se verdadeiras barreiras para a sua participação. Estes avanços precisam ser construídos nas mesas de negociação, mas devem sempre estar associadas à uma ação sindical que lute pela inclusão das mulheres, assim como precisam contar com o apoio de políticas de Estado dar suporte à todas as mulheres, trabalhadoras formais ou informais. Ainda no que se refere às condições de trabalho, muitas mulheres ainda são contratadas para determinadas funções supostamente “menos penosas” que outras executadas pelos homens como, por exemplo, a poda da uva, a seleção de frutas em câmaras frias, embalagem, arqueamento dos galhos da macieira, dentre outras, por considerarem que são mais “adequadas” para elas. No entanto, muitas destas funções demandam ações repetitivas, esforço físico à exaustão, submissão à baixas temperaturas e, ainda, exposição a agrotóxicos, expondo as assalariadas rurais à inúmeros riscos e danos à saúde.

Mesmo considerando a gravidade destes problemas e a precariedade das relações de trabalho a que são submetidas as assalariadas rurais, as políticas públicas existentes se limitam a fixação de normas de saúde e segurança e ao controle, através de ações de fiscalização, que há muito tempo tem se mostrado ineficiente, principalmente pelo estado de precariedade do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Política Nacional para a/o Trabalhador/a Rural Empregada/o - PNATRE precisa ser compreendida como um instrumento de construção de políticas públicas destinadas a proteger as assalariadas rurais. Tendo como uma de suas diretrizes o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à igualdade de gênero nas relações de trabalho, pretende contribuir para fortalecer a igualdade de gênero, buscando a construção de políticas públicas que minimizem a situação de vulnerabilidade das assalariadas rurais.

Por um modelo de desenvolvimento que coloque em primeiro lugar o bem estar da pessoa humana

A Marcha das Margaridas tem afirmado ao longo dos seus 15 anos de lutas que para as

mulheres terem autonomia é necessário alterar o modelo de produção e reprodução. Isso coloca como um dos desafios e demanda para o Estado, infraestrutura que contribua para a redução do trabalho das mulheres na esfera produtiva e reprodução, o que significa ampliar os equipamentos sociais coletivos como creches, escolas infantis, restaurantes e lavanderias comunitárias, visando a superação da divisão sexual do trabalho e socialização dos trabalhos domésticos. Precisamos ainda de apoio à estruturação dos grupos produtivos de mulheres, que ainda carecem de infraestruturas e equipamentos para a produção, o beneficiamento/processamento e comercialização de seus produtos.

As políticas de combate à pobreza são importantes, entretanto, o empobrecimento das mulheres somente será efetivamente superado, com estratégias e políticas públicas articuladas – infraestrutura, assistência técnica, crédito, apoio a geração de renda, comercialização, economia solidária - que favoreçam o desenvolvimento sustentável e solidário, com o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais.

No entanto, a autonomia econômica, trabalho e renda dignos, pela qual lutamos está comprometida com o pacote de medidas que o governo federal anunciou por meio de Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que atacaram conquistas caras às/aos trabalhadoras/es, especialmente as/os mais pobres, como o direito da pensão por morte, auxílio-doença, abono salarial, seguro-desemprego e seguro-defeso.

Há outros atores na sociedade com muito mais condições de arcarem com esse ajuste do que as/os trabalhadoras e trabalhadores que acessam o salário–desemprego, a pensão por morte, o auxílio-doença. Cobramos do governo a tributação das grandes fortunas e a retomada das garantidas trabalhistas conquistadas!

PARA CONTINUAR CONVERSANDO:

1) Na sua comunidade e município, vocês acham que as mulheres têm tido autonomia econômica? Como é possível visualizar esse diferencial na vida das mulheres? Ainda persistem desafios? Quais?

2) Que ações podem ser desenvolvidas para garantir o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres em seu município/estado/região?

3) As políticas públicas têm fortalecido a autonomia econômica das mulheres? Como? É preciso melhorá-las? Vocês têm sugestões para melhoria ou ampliação destas políticas?

EIXO 5 – EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA, EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

A relação entre a educação e as mulheres sempre foi marcada por muitas dificuldades, empecilhos, e, sobretudo, por práticas discriminatórias e excludentes.

Observam-se as marcas dessa exclusão nos vários períodos da nossa história. No período colonial, por exemplo, as mulheres negras eram escravas e as mulheres brancas dificilmente aprendiam a ler e a escrever, pois a elas era atribuída toda a responsabilidade e o papel de cuidar do lar, dos afazeres domésticos, da família, da casa, da religião, da reprodução, além de se esperar delas completa submissão aos homens.

A educação ocupa lugar estratégico na defesa de uma sociedade com desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade, uma vez que ela tem cumprido o papel de reproduzir, de geração em geração, os valores, crenças e conceitos que regem a nossa sociedade. No entanto, também pode ser ela a responsável por construir e produzir uma nova cultura.

A educação deve ser compreendida como um amplo processo de convívio que se dá em vários âmbitos da sociedade, como a família, escola, igreja, trabalho, sindicato, associação, e tantos outros. Assim temos a educação formal, que é aquela que acontece na escola, e a informal, onde aprendemos todo dia, nos nossos trabalhos, nos espaços de participação política, nos diversos espaços de troca e relação social. No campo, o processo educativo deve ser construído tendo agricultoras e agricultores como protagonistas. A construção do conhecimento começa com as crianças que são criadoras e não simples reprodutoras da cultura.

Nesse processo, que chamamos de socialização, se desenvolve o aprendizado sobre o que é ser mulher e o que é ser homem na sociedade. Padrões de comportamento são difundidos como se fossem baseados na natureza de cada sexo. Assim, os padrões definidos pela sociedade do que é ser mulher e do que é ser homem vão sendo naturalizados, reforçados, reproduzidos. As mulheres são consideradas “naturalmente” responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, atitudes reforçadas por meio de brinquedos dados às meninas, como: bonecas, fogõezinhos, panelinhas.

A educação formal que se realiza nas escolas ainda hoje tem forte caráter sexista, pois reproduz as desigualdades e preconceitos de gênero, nas práticas com alunos e alunas, nos currículos escolares, nos livros didáticos e nas políticas educacionais. Isso pode ser visto na separação entre meninos e meninas nas filas, onde são definidas atividades diferenciadas pelo sexo; quando são dados pratos e talheres róseos para as meninas e azuis para os meninos; quando vemos nos livros as mulheres apenas como mães ou realizando trabalhos domésticos e os homens como heróis e cientistas. Tais diferenciações tendem a reproduzir a ideia de que há lugares, cores, trabalhos próprios para mulheres e para os homens.

Acreditamos que a mudança começa na educação e na formação política das mulheres rurais, com o diálogo entre o feminismo e a agroecologia, nos espaços de formação já existentes em nossas organizações, como as escolas de formação política, nas creches, nas escolas e na formação das/os futuras/os técnicas/os e profissionais nas escolas técnicas e universidades. Mas não apenas nesses locais formais: também consideramos que diferentes espaços de socialização são importantes para nossa formação, como o trabalho, sindicatos, movimentos sociais. É preciso que em todas as atividades de formação sejam garantidas não apenas a presença das mulheres, mas que as demandas trazidas por elas sejam ouvidas e consideradas.

Temos que quebrar as barreiras do preconceito e trazer a voz das mulheres e de sua luta feminista também para a academia e para as organizações mistas, e com isso uma maior visibilidade e reconhecimento da sua importância histórica. É preciso romper com o atual modelo de educação e construir uma educação voltada para a construção da igualdade entre mulheres e homens, e, ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças e respeitá-las, para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação sexista reforça a visão tradicional de homem e mulher, fortalece a submissão das mulheres, reproduz o machismo, o racismo e contribui para a manutenção da violência contra as mulheres, da homofobia (desprezo e/ou ódio a mulheres e homens que assumem orientação sexual diferente da heterossexual) e lesbofobia. A Marcha das Margaridas defende uma educação que rompa com essa ideia patriarcal e machista, por isso defendemos uma educação não sexista.

A situação de invisibilidade e discriminação das mulheres também está expressa no uso da língua portuguesa e da gramática oficiais, ao adotarem o masculino para se referir a grupos mistos. Por exemplo, em uma reunião mencionar companheiros quando há homens e mulheres, falar em os estudantes quando há alunos e alunas. Não, isso não é besteira, nem o correto! As mulheres não se sentem representadas quando não são citadas: a linguagem foi construída tendo os homens como referência, assim como toda a nossa cultura. Nós queremos ser vistas e citadas. Dá-se a essa linguagem, que se refere a homens e mulheres, o nome de inclusiva, pois ela cita as mulheres, quem estavam escondidas. Por força da participação política e dos movimentos de mulheres, há mudanças realizadas nessas referências e nomeações no movimento sindical. A adoção de mais um T, de trabalhadora, em MSTTR e na sigla dos sindicatos STTR- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais é um exemplo disso. No entanto, sabemos que isso tem sido resultado de uma luta histórica das mulheres que enfrentaram não só uma questão gramatical, mas a luta pela visibilidade e reconhecimento do papel e participação das mulheres em nossas organizações.

Um agravante no contexto escolar é o racismo, que reforça as desigualdades sociais, ao difundir a ideia de inferioridade da raça negra, sobretudo, das mulheres negras. Quando as piadas preconceituosas com as crianças negras são consideradas normais, e achamos graça delas, ou quando são contadas histórias onde as/os negras/os sempre estão em papéis inferiores ou em trabalhos socialmente desvalorizados, reproduzimos a ideia de que a cor é importante e que essa realidade de desigualdade não vai mudar. Portanto, a escola tem desempenhado, também, o papel de perpetuar a ideologia e os valores da classe dominante, o preconceito e a discriminação, além de mostrar-se omissa e despreparada para debater temas do cotidiano como afetividade, sexualidade, saúde reprodutiva, violência sexual e violência social.

Se os processos educativos e de socialização, que transmitem e reproduzem a ideologia patriarcal e machista, são construídos nas relações sociais, por meio deles também é possível recriar e transformar valores e hierarquias. A educação, se por um lado, dissemina e reproduz a ideologia patriarcal, por outro, possui grande potencial de transformação e pode se realizar de forma não sexista e não racista.

As Margaridas e a demanda por Educação do Campo

Hoje as mulheres são mais escolarizadas que os homens, mas, ainda persiste uma série de preconceitos e discriminações. Diversos estereótipos são reproduzidos pela sociedade,

como é possível observar nas frases: “Homem é cérebro, razão; a mulher é coração, emoção”; “Homem é gênio, mulher é anjo”; “Homem é força, mulher é lágrima; “Homem pensa, mulher sonha”; “Menino pega peso, menina lava prato”; “Menino tem carrinho, menina ganha boneca”. Tudo isso, está fortemente presente no senso comum, e romper com esse tipo de rotulação é um enorme desafio a ser enfrentado pelas mulheres, na luta contra o machismo, o preconceito e todo tipo de violência.

Se por um lado defendemos uma educação do campo, enraizada na realidade rural e orientada por um currículo, calendário, vivências e conteúdos que valorizem as diferentes formas de viver e ser do povo do campo, por outro lado ela só se concretizará na medida em que for capaz de questionar as práticas machistas estabelecidas na sociedade, reconhecendo e valorizando o papel das mulheres do campo, das florestas e das águas.

Sendo assim, a educação, como processo de socialização ou como política social, está em disputa. O projeto de sociedade que a Marcha das Margaridas defende rompe profundamente com os valores sexistas que submetem as mulheres e com as noções preconceituosas que inferiorizam os sujeitos do campo.

A defesa da educação do campo é um elemento central para assegurar melhores oportunidades de vida para a juventude rural. A luta segue não só em favor da ampliação de oferta de ensino, em todos os níveis escolares (em contraponto à significativa onda de fechamento das escolas no meio rural), ela também caminha rumo à valorização das identidades e saberes construídos no campo. Para isso é fundamental a elaboração, avaliação e distribuição de materiais didáticos específicos e não-sexistas para a educação do campo.

É preciso também denunciar e romper com práticas que pensávamos que já haviam sido abolidas, a exemplo do tratamento que ainda hoje é dado às mulheres jovens em algumas escolas agrotécnicas federais, que só disponibilizam os espaços internos de alojamento aos jovens homens. Nestas escolas, as meninas não estão sendo recebidas, sendo necessário que suas famílias paguem alojamentos em repúblicas, que aluguem casas, etc., o que muitas vezes inviabiliza a inclusão das meninas por falta de condições econômicas. A situação gera ainda maior preocupação por parte das famílias, por estas não estarem sob responsabilidade da escola, o que é oferecido apenas aos meninos. Em outros casos de escolas que acolhem as meninas, denunciemos aquelas que não garantem condições para que aquelas que venham a engravidar e ter filhas/os possam continuar seus estudos. Uma verdadeira educação do campo deve proporcionar reais condições de estudo para todas e todos, para que as e os jovens não precisem sair do campo,

Os dados nos mostram que a nova geração de mulheres jovens, tem tido maior acesso à escolaridade quando comparado com suas mães e pais, bem como em relação aos jovens homens. Entretanto, este cenário não foi capaz de produzir efetiva igualdade, sobretudo, quando pensamos nas condições de trabalho e renda. A superação das desigualdades que afetam as mulheres, não se limita à questão da educação, mas a um conjunto de aspectos. A educação que afirmamos deve promover maior emancipação das mulheres do campo, das florestas e das águas. Nesse sentido uma medida importante é garantir permanência das jovens grávidas na escola.

O desafio é grande e isso ficou explícito durante o processo de aprovação do novo Plano Nacional de Educação, que mesmo passando a considerar algumas demandas da educação do campo, excluiu toda referência à discussão das relações de gênero, desconsiderando completamente o debate sobre uma educação não sexista.

As mulheres demandam a criação, manutenção e reabertura de escolas de educação

infantil (creches) e ensino fundamental no meio rural, tendo como princípio a educação do campo, com oferta de período integral; e ações de educação infantil nas Escolas Família Agrícola e Casa Familiar Rural, com políticas educacionais que visem combater o caráter sexista da educação, com vigorosa atuação na formação de professoras e professores, na revisão dos currículos escolares e dos livros didáticos. Para isso, é fundamental a elaboração, avaliação e distribuição de materiais didáticos específicos e não-sexistas para a educação do campo.

Junto com a necessidade de ampliar o acesso, debatemos a qualidade do ensino no meio rural com: a melhoria da infraestrutura (com bibliotecas, espaços adequados), a inclusão da abordagem pelas escolas da realidade do campo, da floresta e das águas e de questões da vida cotidiana como a afetividade, a sexualidade, a violência sexual, o racismo, a homofobia, de modo qualificado para possibilitar a superação dos preconceitos e discriminações e a valorização do rural e sua cultura como um espaço de bem viver. O feminismo aporta tanto no conteúdo com o enfrentamento do machismo e da violência quanto na metodologia, rompendo as separações entre razão e emoção e as hierarquias entre professor/a e aluna/o.

É urgente a implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, fazendo com que estados e municípios pactuem e garantam efetivamente o papel da educação do campo para o desenvolvimento rural sustentável e solidário que defendemos.

Quanto à escolarização de adultas/os, sabemos que o número de analfabetas/os no campo ainda é elevado, sobretudo entre a população idosa. A maioria das/os analfabetas/os brasileiras/os vive na área rural. A taxa de analfabetismo nesses locais chega a 19%. Os homens têm situação educacional ainda pior: 21% de analfabetos. Entre as mulheres, o índice é de 16,9%. (IBGE, 2012)

O acesso à escolarização no campo ainda é precário. É preciso garantir políticas de elevação de escolaridade em todos os níveis de ensino, no meio rural.

Outro fator a ser considerado é a dependência mútua entre as condições precárias de trabalho e a existência de uma mão de obra com baixa escolaridade. É o que ocorre com o assalariamento rural no Brasil. Cerca de 65,3% das assalariadas rurais tem apenas o ensino fundamental incompleto, sendo que destas 13,6% não possuem qualquer grau de instrução, além de um grande percentual das consideradas analfabetas funcionais. Como construir alternativas para as mulheres, como a capacitação e qualificação profissional, sem resolver o problema do analfabetismo e da baixa escolaridade? Como elevar o número de assalariadas rurais nas frentes de trabalho, com boas condições de vida e de trabalho, sem elevar o nível de instrução?

Sexualidade

Muita gente confunde sexualidade com sexo. Quando falamos em fazer sexo estamos falando de uma relação sexual entre duas pessoas. Pode ser homem e mulher, mulher com mulher, homem com homem. Enfim pode se praticar sexo com parceiros ou parceiras de diferentes orientações sexuais.

A sexualidade inclui sexo, mas ela não se limita a ele: a vivência da sexualidade é um aspecto fundamental nas nossas vidas. É a busca do prazer humano em suas diversas formas. O que é prazer é diferente para cada pessoa. Depende muito situação de cada uma, da relação que estabelece com o seu corpo e a sua realidade. Há diferentes maneiras,

diversas formas de buscar o prazer, de vivenciar sua sexualidade.

As vivências da sexualidade são influenciadas não somente por aspectos sexuais, biológicos e genitais, mas também pelas relações socioculturais, que determinam os papéis socialmente definidos para homens e mulheres e a reprodução de valores afetivos e morais, difundidos por grupos e instituições sociais como a família, a escola, a igreja e a comunidade.

Vamos dar dois exemplos que podem ajudar a pensar em como o ambiente e os valores influenciam na sexualidade. Primeiro, vamos pensar numa família que mora em dois cômodos ou está num acampamento, um local em que as pessoas não podem explorar livremente sua intimidade e desejos com receio que as/os filhas/os vejam ou escutem.

Uma segunda situação é aquela que nos foi ensinada quando crianças: que o sexo é para reprodução e não para o prazer. Todas nós sentimos vontades, desejo de explorar nosso corpo e o corpo de nosso parceiro ou parceira e também de que façam o mesmo conosco, mas muitas vezes os ensinamentos que tivemos durante anos nos reprime, nos impede de sermos livres para fazer isso.

Há outros exemplos, mas esses dois nos ajudam a pensar como as condições materiais e a cultura patriarcal contribuem para impor limites à nossa sexualidade: nos dois casos, as pessoas não devem estar felizes, porque estão sem liberdade para sentir prazer, sem local apropriado para terem respeitada sua intimidade, tendo que reprimir desejos.

Por isso, apesar de ser um lado importante de nossas vidas, para muitas mulheres esse tema ainda é um tabu. Há muito silêncio sobre o que se passa na intimidade e, em muitos relatos, as mulheres consideram sexo como tarefa, como uma obrigação de se submeter ao desejo do outro, do marido.

A lógica dominante é de que a sexualidade deve obedecer à natureza determinada pelas diferenças biológicas entre os sexos, e que homens e mulheres trazem consigo, uma natureza que define o modo de sentir, manifestar e realizar a sua sexualidade.

Essa ideia obedece aos padrões atribuídos como femininos: o caráter amoroso e passivo da sexualidade feminina, em contraposição, ao caráter ativo, viril e insaciável do homem. Tal concepção de sexualidade resulta em um padrão de comportamento sexual, considerado normal, que se realiza entre um homem e uma mulher, denominado heterossexual. A heterossexualidade é considerada o normal, o padrão de sexualidade, com base na função reprodutora. Porém, a realidade é complexa, demonstrando que há uma diversidade de expressões da sexualidade nas relações interpessoais.

A imposição de um padrão de comportamento sexual é legitimada com o argumento da natureza distinta e complementar de homens e mulheres e pelo destino biológico, que associa sexualidade à reprodução e não ao prazer. Esse padrão esconde a discriminação, as relações de poder, de dominação e opressão que as mulheres sofrem.

Outro aspecto importante a destacar diz respeito à discriminação sexual contra a mulher idosa. A sociedade considera a sexualidade da mulher idosa como inexistente ou desnecessária, mas acha normal que os homens idosos usem Viagra e estejam sempre em busca de uma mulher mais jovem. Para as mulheres idosas continua reservado o lugar de cuidadora da família, das/os filhas/os e netas/os. Muitas mulheres idosas são vítimas de violência sexual, mas não denunciam por temerem serem ridicularizadas ou por acharem que não irão acreditar. Outro aspecto muito citado são os casos de HIV em homens e mulheres, em função do não uso de preventivos nas relações sexuais na terceira idade. Geralmente, as mulheres denunciam que com o uso do Viagra os maridos passaram a ter

relações sexuais fora do casamento, mas que não se previnem e acabam as contaminando.

Tradicionalmente, espera-se que as chamadas “mulheres de família” devem ter uma sexualidade disciplinada e conduzida pelo homem. Este, por sua vez, é livre para realizar a sexualidade fora dos limites da reprodução, ou seja, não só com sua esposa, para exercer a sexualidade e ter prazer, pois a ideia dominante é que faz parte da natureza masculina a permanente necessidade de sexo, desejos que devem ser satisfeitos, não importando o que isto possa significar e custar para a parceira.

A sexualidade deve ser vista como parte fundamental da autonomia das mulheres. Esse é um debate que precisa ser retomado, para lembrar que o prazer não está necessariamente ligado à gravidez e questionar a hipocrisia da sociedade, e especialmente dos homens, que enaltece as mulheres nuas em revistas, propagandas e condenam a livre expressão da sexualidade feminina.

O direito à livre orientação afetiva sexual tem sido reivindicado na sociedade brasileira, mas são muitas as denúncias de intolerância. As práticas de homofobia e lesbofobia se manifestam, a partir de atitudes e práticas discriminatórias, de repressão e violência às/aos homoafetivos/as, que fogem ao padrão heterossexual.

As mulheres vêm sofrendo, ao longo da história, violações ao direito sobre o próprio corpo e a modo de viver a sua sexualidade. A defesa da autonomia das mulheres com o slogan “Nosso corpo nos pertence”, significa que o corpo é seu território, o lugar onde habitam e existem, portanto, lugar inviolável, onde a autonomia e a liberdade das mulheres devem se realizar.

Esta pressão sobre os territórios se expressa também no corpo das mulheres: na violência e a prostituição de mulheres no entorno das grandes áreas de monocultura e mineração; na medicalização das fases da vida da mulher, e na imposição de um padrão de beleza que considera que as mulheres com as mãos calejadas e a pele queimada não são bonitas.

As discriminações ao corpo e à sexualidade das mulheres, em grande parte resultam de desinformação e expressam tabus ainda vigentes na sociedade. O padrão de beleza e a ideia de saúde da mulher disseminados pela mídia revelam a mercantilização do corpo das mulheres, para o qual há um amplo mercado de produtos, desde a juventude à terceira idade, abrangendo a maternidade e os ciclos da mulher, como a menstruação, o climatério (fase de transição do período reprodutivo fértil para o não fértil, quando a menstruação vai diminuindo, as mulheres sentem, por exemplo, ondas de calor e alteração de humor) e a menopausa (a última menstruação da mulher).

As mulheres do campo, da floresta e das águas estão sujeitas a muitos tabus e discriminações, também estando expostas a essa lógica de mercado que compõe e fortalece a realidade de violência a que estão expostas no seu cotidiano. Um exemplo disso está na visão enraizada na sociedade de que mulher da roça não pode andar de unhas pintadas, nem tampouco estar vestida como “mulher da cidade”. Vemos estes estereótipos reproduzidos no dia a dia das trabalhadoras rurais, chegando inclusive a serem usados como argumento para a negação de direitos, a exemplo de servidores públicos que não reconhecem as trabalhadoras rurais e seus direitos a benefícios específicos por elas terem as unhas pintadas, limpas, pele e cabelos cuidados.

Faltam iniciativas de políticas, por parte do Estado, que possam assegurar as condições para o livre exercício da sexualidade, autonomia e domínio sobre o corpo, bem como as condições necessárias para uma vida saudável.

Educação sexual

Ao falarmos da importância de haver uma educação não sexista e condições para que as pessoas possam viver sua sexualidade livremente é importante que ao longo do processo de educação haja uma preocupação em ensinar as crianças e jovens a entrarem em contato com seu próprio corpo, suas necessidades e desejos e aprenderem a respeitar as demais pessoas em suas escolhas.

A educação sexual, com o nome de Orientação Sexual entrou nos currículos escolares por meio dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), por considerar que existia necessidade de maior orientação aos adolescentes dentro das escolas.

Ao contrário do que muita gente pensa a educação sexual não é o mesmo que incentivar a iniciação da vida sexual. Ela tem o objetivo estimular as crianças a desenvolverem uma relação saudável e amorosa com seus corpos, de orientar as/os adolescentes a respeito de prevenções de doenças sexualmente transmissíveis, uma possível gravidez indesejável, mostrando como é importante respeitar e conhecer seu próprio corpo, sua sexualidade.

A proposta sugere que o tema seja tratado por um conjunto de matérias, cabendo à/ao professor/a ter orientação e avaliação para ministrá-lo de forma coerente, mostrando às/aos jovens a importância de se conhecer, saber os seus próprios limites e mostrar que essa sexualidade deve ser entendida como parte do bem estar e da saúde.

A escola não deve se colocar como aquela que diz o que é certo e o que é errado, mas sim ouvir essas/es adolescentes, saber o que elas/es pensam. A sexualidade ainda é vista como tabu, porque para muita gente, em especial as/os adolescentes, ela vem acompanhada de dúvidas, repreensões ou traumas, principalmente por ser um tema que as famílias têm dificuldade de discutir em casa. Essa falta de diálogo tem contribuído para perpetuar casos de abusos sexuais sofridos pelas crianças, silenciados tanto em casa quanto na escola. O papel da escola, como o primeiro espaço de relação das crianças e adolescentes fora da família, é também o de contribuir para desvelar e denunciar situações de maus tratos e exploração sexual, levando informações sobre direitos sexuais.

O trabalho da orientação sexual é, então, proporcionar às/aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa.

O Estado deve promover um amplo processo de formação das/os profissionais da educação, acompanhada pela reformulação curricular e dos livros didáticos, na perspectiva de romper com os métodos e técnicas ainda utilizadas pela educação tradicional. É preciso que estas/es profissionais sejam qualificadas/os para a construção de um novo sistema de ensino capaz de contribuir com a igualdade entre homens e mulheres, rompendo assim, com os padrões de gênero imposto pela cultura patriarcal e machista.

PARA CONTINUAR CONVERSANDO:

1) Como a escola de seu município ou comunidade trabalha com os temas de educação sexual e sexualidade? Ela pratica uma educação não sexista? Em que outros espaços estes temas são discutidos?

2) Como vocês acham que podem melhorar a situação da educação em sua comunidade e município, no que se refere a colocar em prática uma educação não sexista e ter a

inclusão da educação sexual? De que forma vocês acham que as mulheres podem viver melhor a sua sexualidade? Como garantir espaços permanentes para discutir estas questões?

3) Como vocês avaliam as políticas de educação do campo? Elas garantem o acesso das mulheres e suas necessidades, das meninas, mulheres jovens e da terceira idade? O que é preciso melhorar? Vocês têm sugestões?

EIXO 6 – VIOLÊNCIA SEXISTA

Violência sexista é qualquer conduta, ação ou omissão que discrimine, agrida, maltrate ou obrigue as mulheres a fazerem algo (ou deixarem de fazer) pelo simples fato de serem mulheres. Ela é uma das mais fortes e cotidianas expressões da sociedade patriarcal e machista em que vivemos, onde os homens são mais valorizados do que as mulheres e se acredita que a mulher tem que obedecer, aceitar e levar a vida da forma como os homens querem estabelecer.

A violência se dá quando os homens, grupos de homens, instituições e Estados tentam impor suas vontades às mulheres, sendo assim uma ferramenta de controle da vida, do corpo e da sexualidade das mulheres, como um recurso para perpetuar os padrões de gênero, manter as relações de poder, disciplinar comportamentos, sentimentos e atitudes. Se expressa em menos poder, menos participação, menos direitos, em exclusão das políticas públicas e dos espaços políticos, em diversas formas de violência, doméstica e familiar, bem como aquelas praticadas em diferentes espaços da sociedade. A imposição da divisão sexual do trabalho também é uma violência ao definir papéis “naturais” para mulheres e homens. Desta forma, as mulheres são caracterizadas como mão de obra muito barata sempre disponível para o cuidado das/os outras/os e para todo o trabalho que isto implica.

A raiz da violência contra as mulheres está no sistema patriarcal e no capitalismo, que impõem uma necessidade de controle, apropriação e exploração do corpo, vida e sexualidade das mulheres. O patriarcado funciona através de dois princípios: a noção de que as mulheres são propriedade dos homens, portanto sempre disponíveis para esses, e a divisão das mulheres em duas categorias: “santas” e “putas”. Como parte desse sistema, a violência é a punição para aquelas que não se enquadram no papel da “santa”: boa mãe e esposa. Por exemplo, é comum que os homens justifiquem que agrediram, verbal ou fisicamente, a suas esposas porque a comida não estava pronta ou porque a roupa que queriam vestir não estava limpa. Também é um castigo para aquelas que são consideradas “putas” e os agressores e a sociedade justificam a agressão dizendo que a mulher estava caminhando sozinha de noite, ou porque são lésbicas e devem ser ensinadas a ser heterossexuais, ou porque a roupa que estavam usando não era decente. Como parte da cultura patriarcal, a masculinidade está associada à agressividade e os jovens são ensinados que ser violento é ser um “verdadeiro homem”.

São tantas e diversas as formas de violência contra as mulheres que estas acabam por serem banalizadas, ou seja, consideradas comuns e naturais nas relações entre homens e mulheres. Entretanto, sabemos que todos os atos de violência têm a intenção de alguma forma de imobilizar, capturar as capacidades de desejar e agir, comprometer a liberdade e autonomia, dominar e oprimir as mulheres. O movimento feminista vem dizendo há muito tempo que a violência sexista não é natural, não é normal, nem uma questão pessoal: é de responsabilidade de todas e todos, é um assunto público e político, e que precisamos sim “meter a colher” nessa briga.

A violência contra as mulheres se expressa de diferentes formas:

- **violência física:** ação que ofende, prejudica o corpo ou a saúde da mulher (tapas, socos, empurrões, beliscões, puxão de orelha e de cabelo, arranhões);
- **violência psicológica:** aquela que causa dano emocional, diminuição da autoestima, prejudica o desenvolvimento pessoal. Através dela o agressor pretende controlar as ações, os comportamentos, as crenças e decisões da mulher, por meio de ameaças,

constrangimentos, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitando seu direito de ir e vir. Ele pode também usar qualquer outro meio que prejudique a saúde psicológica da mulher e o seu poder de decisão;

- **violência sexual:** é qualquer conduta do agressor que obrigue a mulher a assistir, manter ou participar de relação sexual que ela não deseja, através de intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a leve a comercializar ou utilizar de qualquer modo sua sexualidade; que a impeça de usar método para evitar a gravidez; que a force ao casamento, à gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; que limite ou anule seus direitos sexuais e reprodutivos.

- **violência patrimonial:** qualquer atitude que segure, retire, destrua partes ou todos os objetos das mulheres, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, direitos ou dinheiro, incluindo aqueles para suas necessidades;

- **violência moral:** quando o agressor atinja a honra e a imagem da mulher, em forma de calúnia, difamação ou injúria. Calúnia é dizer que a mulher cometeu um ato que é considerado crime pela lei, sem que isso tenha sido verdade; difamação é falar mal dela, ofender sua reputação com críticas mentirosas; e injúria é ofender os sentimentos da mulher através de palavras ou de algo escrito.

Essa violência pode acontecer em qualquer lugar, público ou privado. Quando ela é praticada por alguém que tem parentesco familiar com a mulher ou tem alguma relação de afeto com ela é chamada de Violência Doméstica e Familiar. Lamentavelmente esse tipo de violência ainda é comum até mesmo com as crianças, sendo as meninas desde muito novas exploradas sexualmente, por pais, avós, tios, primos, etc. Nos espaços públicos, os atos de violência são cometidos através do assédio moral e sexual presentes nos locais de trabalho, e também, nos espaços de participação política, onde as mulheres sofrem permanente desqualificação, aliadas a outros tipos de violência. São vistos ainda através do feminicídio, diferentes estupros, mercantilização do corpo das mulheres, tráfico de mulheres e meninas, prostituição, pornografia, escravidão, esterilização forçada, lesbofobia, negação do aborto seguro e das opções reprodutivas e de autodeterminação, etc. O silêncio, a discriminação, a impunidade, a dependência das mulheres em relação aos homens e as justificativas teóricas e psicológicas toleram e agravam a violência para as mulheres.

Ainda hoje as mulheres são culpabilizadas pela violência que sofrem e ouvimos os comentários: “Ela deve ter feito por merecer”, “Ela pediu!”, “Devia estar com uma roupa muito curta”, “Ela só pode gostar, porque ainda tá com ele?”.

Essa compreensão contribui para as que a maioria das mulheres agredidas acreditem que de fato são culpadas pela violência que sofreram e não peçam ajuda, sofrendo caladas. Mas existem outros motivos que as fazem calar: a vergonha de que seu problema fique “na boca do povo”; o medo de apanhar ainda mais, de causar problemas para os filhos e filhas; a esperança de que o agressor mude de comportamento; o medo de ficar só. Não querem prejudicar o agressor, por terem algum sentimento por ele. Por não terem condições financeiras para sobreviver, reconstruir suas vidas. O isolamento, a falta de informação e a impunidade dos agressores contribui para que elas não tenham coragem de denunciar.

A violência, a ameaça ou o medo da violência são utilizados para excluir as mulheres do espaço público. As mulheres pagam com suas vidas por trabalhar na esfera pública em lugar de ficar em casa, como impõe a cultura patriarcal, ir à escola ou à universidade, “atrever-se” a viver sua sexualidade abertamente ou por se prostituir como falta de opção.

Em um contexto de criminalização dos movimentos sociais, a repressão de mulheres ativistas envolvidas com a luta muitas vezes toma a forma de violência sexual. Além disso, a discriminação contra as mulheres é composta pelo cruzamento de diferentes formas de opressão: elas são discriminadas por ser mulheres, e também pela sua cor de pele, língua, raça, etnia, classe social, situação financeira, religião, sexualidade.

É preciso considerar que entre nós mulheres também existem desigualdades, entre rurais e urbanas; negras, indígenas e brancas; discriminações em relação a mulheres lésbicas, jovens e idosas. É preciso reconhecer que o protagonismo deve ser daquelas que vivenciam as opressões no combater a todas as formas de exclusão e desigualdade.

A violência afeta, significativamente, as mulheres jovens. “O mapa da violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil” revela que mulheres com idade entre 15 e 24 anos foram as principais vítimas de homicídio na última década. Só em 2011 mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país. Desse total, a taxa de mortes entre as mulheres jovens foi de 7,1 por grupo de 100 mil, enquanto na população não jovem, com idades abaixo de 15 e acima dos 24 anos, o índice foi de 4,1. Ao longo da década analisada, os homicídios das mulheres mais jovens foram mais frequentes do que no restante da população feminina, com taxas oscilando entre 5,9 e 7,4 mortes.

Desde 2007, o índice tem aumentado a cada ano, tendo seu pico em 2010, quando a taxa chegou a 7,4 mortes. Além dos assassinatos, as jovens sofrem diferentes formas de violência no seu dia a dia, como a cobrança por se enquadrarem em um padrão de beleza imposto pela mídia, fortalecendo a mercantilização e exposição de seus corpos nas propagandas publicitárias; pela falta do reconhecimento de sua contribuição para a família e a agricultura; na expectativa de que elas deixem seus sonhos e desejos para manter os laços entre famílias, sendo muitas vezes a possibilidade de ter uma terra para viver e trabalhar.

Envelhecer nessa sociedade que cultua a juventude e a beleza, no entanto, também é algo extremamente desafiador para as mulheres. Gerofobia é o termo que se usa para descrever os preconceitos e estereótipos, em relação às pessoas idosas, fundados unicamente em sua idade. Hoje as idosas têm sofrido diferentes formas de violência, além da física, como a expropriação de suas aposentadorias para a manutenção da família, muitas vezes sem que essa seja uma decisão dela; o uso de seus nomes para o pagamento de créditos consignados sem sua autorização. Essa realidade é dura e ainda invisível.

Conquistas e Desafios

A Lei Maria da Penha, uma conquista das mulheres e de toda a sociedade brasileira, foi e é reconhecida pelas mulheres, por sua importância para garantir instrumentos e serviços de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência e a punição dos agressores. A Marcha das Margaridas compreende, por outro lado, que a Lei tem os seus limites, ainda que venha a ser exemplarmente aplicada.

Combater a violência contra as trabalhadoras do campo e da floresta requer grandes investimentos para a conquista da autonomia econômica das mulheres, sobretudo no que diz respeito ao apoio à organização produtiva e à comercialização, que por sua vez implica em um conjunto de políticas que assegurem a documentação civil e trabalhista, o acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica.

Mesmo reconhecendo que uma das contribuições fundamentais da Lei Maria da Penha foi trazer para o público a pauta e o debate da Violência contra as Mulheres, consideramos

que é preciso possibilitar um processo continuado de educação e formação, tanto nas escolas quanto fora delas, que esclareça a legislação e, mais ainda, que contribua com uma Educação não-sexista, prevenindo situações de violência.

Entendemos ainda a necessidade de contribuirmos, conjuntamente, na defesa da Lei Maria da Penha, cobrando o pleno cumprimento e implementação da punição exemplar dos agressores e da implantação dos vários mecanismos institucionais que visam a prevenção e assistência às mulheres do campo e da cidade vítimas de violência.

No entanto, sabemos que nos municípios e estados ainda falta muito para que as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha se tornem realidade, com pouco apoio e priorização por parte dos Governos Estaduais e Municipais.

Ainda temos um número pequeno de Delegacia das Mulheres e Centros de Referência da Mulher construídos e em pleno funcionamento. Muitos não têm pessoal qualificado para o trabalho e os horários de funcionamento não atendem às reais necessidades das mulheres. As Casas Abrigos previstas não têm, em grande parte, estrutura própria e têm uma capacidade muito limitada de recebimento das mulheres e suas famílias. Todos esses equipamentos são ainda muito distantes da realidade das mulheres rurais, que geralmente têm dificuldades econômicas e estruturais de deslocamento para chegar até eles.

Uma grande vitória da Marcha das Margaridas 2011 foi a entrega de 54 das Unidades Móveis (2 por estado e para o DF) para o Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta Vítimas de Violência, além de unidades fluviais para atender as mulheres das águas, por meio de em parceria com a Caixa Econômica e a Marinha do Brasil. Não podemos esquecer que esta é a primeira política pública de enfrentamento a violência que chega diretamente ao meio rural, seja por meio dos ônibus ou por barcos (unidades fluviais). Essas unidades têm como objetivo levar às mulheres dessas áreas os serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, realizando ações de prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramentos legais no meio rural, tendo como orientação os eixos do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e fazem parte do Programa Mulher Viver sem Violência. Terão, ainda, função educativa, com a promoção de palestras e esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicação.

Outra importante conquista resultante deste processo foi a Criação dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Estes são espaços fundamentais não apenas para o planejamento e execução das ações das unidades móveis, mas também para garantir um debate permanente sobre a situação de violência enfrentada pelas mulheres rurais, fortalecendo assim outras políticas no estado e municípios. Precisamos ver esse equipamento também como uma possibilidade de debater e identificar nos municípios os desafios e necessidades das mulheres desde o local, buscando a construção e a garantia de políticas públicas de proteção às mulheres de forma permanente. Temos o desafio de acompanhar a ação dos Fóruns Estaduais, levando nossas demandas e propostas de como acreditamos que as políticas públicas para as mulheres e as unidades móveis devem funcionar em nossos estados e municípios, lembrando que esta é uma conquista da Marcha das Margaridas e que deverão atender prioritariamente as demandas das mulheres rurais.

Mesmo tendo unidades móveis de atendimento, sabemos da necessidade de equipamento fixos, de atendimento permanente e continuado, às mulheres que sofrem violência no seu cotidiano. Para isso serão construídas as Casas da Mulher Brasileira em todas as capitais brasileiras. Mesmo tendo esse espaço como referência nas capitais, precisamos pressionar

os municípios para que esses também deem sua contribuição e se comprometam com políticas públicas e equipamentos desde o local, mais próximo das mulheres rurais. É preciso garantir boas condições de funcionamento dos diferentes equipamentos, como as delegacias de mulheres, mesmo nos poucos municípios onde elas foram instaladas, e cobrar a construção nas cidades que ainda precisam de estrutura e desses equipamentos.

Até o momento foi inaugurada apenas a primeira Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande/Mato Grosso do Sul. A importância deste serviço na vida das mulheres pode ser comprovada a partir da quantidade de atendimentos realizados pela Casa de Campo Grande: 582 mulheres em situação de violência apenas nos primeiros 30 dias de funcionamento do equipamento. A Casa da Mulher Brasileira é um espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência. Ela tem por objetivo facilitar o acesso dessas mulheres aos serviços especializados de atendimento no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial, de forma a garantir condições para o enfrentamento da violência vivenciada, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.

Nosso maior desafio é acompanhar e cobrar a implementação da Casa da Mulher Brasileira nas outras capitais do país, assim como monitorar para que elas funcionem de forma plena, dando tratamento de qualidade às mulheres.

Desejamos, todavia, que essa política seja interiorizada, visto que ainda mantêm-se a dificuldade de acesso por parte das mulheres rurais, devido às distâncias, mas é muito importante no sentido de saber em que porta bater caso se necessite, sendo assim um braço importante da ação das unidades móveis.

As ações das unidades móveis terão ainda um papel fundamental no diagnóstico da situação de violência vivida pelas mulheres rurais. Hoje um dos maiores problemas para a construção de políticas públicas que contemplem todas as especificidades das mulheres do campo, da floresta e das águas, é a ausência de dados estatísticos. O trabalho da CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - da Violência Contra as Mulheres, realizada pelo Senado Federal em 2012, fez um levantamento da situação de violência sexista no Brasil, no entanto teve maior dificuldade de conseguir dados referentes à realidade das mulheres rurais, gritos muitas das vezes não ouvidos nem mesmo pelos/as vizinhos/as.

Ao final desse trabalho, a CPMI identificou como principais problemas e dificuldades durante o processo de levantamentos dos dados da violência contra as mulheres pelo congresso nacional: 1) Ausência de informações sistematizadas; 2) Dificuldade de comparar dados das Delegacias, do Poder Judiciário e do Ministério Público; 3) Existência de uma rede especializada, mas que não se comunica entre si; 4) Inexistência de uma política articulada entre os poderes para o enfrentamento ao feminicídio e às violências contra mulheres; 5) Ausência de capacitação permanente dos servidores; 6) Número insuficiente de serviços (delegacias, centros de referência, casas-abrigo, juizados especializados, promotorias e defensorias).

Desta CPMI, tivemos como resultados 13 projetos de lei, dentre eles o que se refere à tipificação do feminicídio como crime hediondo, sancionado dia 9 de março, pela presidenta Dilma.

Outros desafios se mantêm como:

- Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com recursos orçamentários e ações que se efetivem na vida das mulheres, especialmente na vida das trabalhadoras do campo, da floresta e das águas;

- Criação de um Programa Nacional voltado às jovens rurais em situação de violência e exploração sexual, que articule processos de apoio psicológico, educação escolar, capacitação profissional e geração de renda;
- Destinação orçamentária específica e suficiente para política de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Incidência política dos movimentos no processo orçamentário no executivo municipal, estadual e federal;
- Criação de mecanismos para coibir a disseminação e naturalização da violência contra a mulher nos meios de comunicação e mídia.

Como podemos enfrentar a violência contra as mulheres?

Sabemos que as medidas punitivas são necessárias, mas insuficientes para erradicar a violência. Além de exigir que nossos Estados se tornem responsáveis, implementando políticas públicas para as vítimas de violência, são necessárias ações que busquem prevenir e que coíbam os atos de violência antes que ocorram.

Temos também que discutir o papel dos governos e do Estado. Atualmente, o Estado é, ao mesmo tempo, protetor e opressor: é portador do interesse geral e defensor dos privilégios, e patriarcal e violento (contra as mulheres, povos indígenas, migrantes, de diferentes raças e etnias). Inclusive a polícia que cumpre muitas das políticas que demandamos, é a mesma que pratica a violência com as mulheres, reprime os movimentos sociais e é parcial em termos sociais e raciais.

Reconhecemos a contradição inerente desta situação, pois o fato é que, para muitas mulheres, contar com o Estado, que representa um poder exterior e superior, é a única forma que elas têm para se defender contra a violência nas suas comunidades e famílias. Pelo contrário, o Estado que nós demandamos deve promover as liberdades e direitos para todas e todos, intervir na economia e estar estruturado em diferentes formas de democracia participativa e controle cidadão.

A integração entre as políticas públicas também é necessária para que a violência passe a ser identificada e desnaturalizada. Termos, por exemplo, profissionais que atuem na área da saúde com olhares atentos para relacionar casos de doenças ou traumas como resultado de violência sexista. Sabemos que muitas vezes as unidades de saúde são a porta de entrada das mulheres vítimas de violência, seja ela física ou psicológica. No entanto, muitas mulheres continuam sendo medicadas para problemas psicológicos ou neurológicos, sem que o profissional compreenda a doença como consequência de situações de violência vividas em seus cotidianos. No meio rural, as/os agentes de saúde podem ser aliadas/os fundamentais na luta do enfrentamento a violência, no entanto estas/es profissionais precisam ser capacitadas/os para terem condições de contribuir com a identificação destas realidades.

As mulheres sempre resistiram, e seguem resistindo, no âmbito individual e coletivo. Sempre que uma mulher atua dessa forma, ao desafiar ou denunciar a violência contra ela mesma ou mulheres de sua comunidade, está rompendo com uma expressão do machismo e do patriarcado. Precisamos apoiar suas resistências ao condenar e denunciar homens que cometem violência contra as mulheres, e confrontar publicamente os homens e a sociedade sobre o tema da violência contra as mulheres. Também devemos denunciar a

cumplicidade de homens, Estados e instituições tais como as forças armadas e religiões. Precisamos mobilizar a sociedade civil, pensar estrategicamente e promover ações radicais para a prevenção e denúncia da violência masculina contra as mulheres. Nesse processo, as mulheres do setor não lucrativo – que provêm serviços essenciais para o empoderamento e cuidado das mulheres – e os movimentos locais fortes – onde as mulheres das comunidades são protagonistas – desempenham um papel decisivo.

Por isso, não é necessário esperar que exista mais denúncias: precisamos pautar de forma permanente esse tema na agenda dos grupos de mulheres, nas organizações mistas, nas rádios comunitárias, nos jornais e meios de comunicação dos movimentos. Para isso, acreditamos que o movimento feminista deve construir uma forte e ampla auto-organização das mulheres em luta por autonomia (econômica, sexual, reprodutiva, pessoal, etc.) e autodeterminação.

Os grupos de mulheres se fortalecem através de encontros de diálogo, debates, manifestações, trabalhos corporais de autodefesa. O objetivo não é localizar a violência sexista como um problema de algumas mulheres, mas nos fortalecer a todas, aprendendo e reaprendendo a resistir, a construir e reconstruir nossas vidas sem violência.

Assim, assistimos a dois níveis de dominação das mulheres dentro dos sistemas patriarcal e capitalista: por um lado, há uma exploração do trabalho das mulheres e, por outro, a violência como ferramenta para manter a dominação do homem. E, portanto, não podemos falar na erradicação da violência para as mulheres sem demandar a erradicação dos sistemas patriarcal, capitalista e colonialista.

PARA CONTINUAR CONVERSANDO:

1) A violência sexista é uma realidade das mulheres da sua comunidade, do seu município? De que maneira ela se manifesta? Como as mulheres têm enfrentado esta questão?

2) Que ações vocês podem juntas fazer para combater a violência que as mulheres vêm sofrendo?

3) Como as políticas públicas têm garantido o enfrentamento à violência contra as mulheres no seu município/região/estado? Os serviços têm sido suficientes? Como devem ser potencializados?

EIXO 7 - DIREITO À SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS

Falar de **direito à saúde** é tratar do direito a um modo de viver que garanta bem estar integral ao nosso corpo e mente, assegurados por meio de políticas públicas (trabalho, renda, educação, moradia, saneamento, alimentação, lazer, transporte, segurança, etc.) que promovam vida digna a todas as pessoas. Este é um direito coletivo e universal de todas as mulheres e homens, em todas as idades, em qualquer lugar onde vivam, seja qual for seu trabalho, sua classe social, sua cor de pele (raça) ou povo originário (etnia), sua crença ou orientação sexual.

Para nós, mulheres, falar de saúde é falar do cuidar de si e do **trabalho de cuidar da saúde das/os outras/os**, uma responsabilidade que, para as mulheres, começa bem cedo e continua por toda nossa vida. Cuidamos das/os filhas e filhos, das/os irmãs e irmãos mais novas/os, das/os avós, depois das/os mães e pais, da/o companheira/o, das/os netas e netos, e às vezes das/os primas/os, tias/os, noras e genros também. Ajudamos a cuidar também da família das vizinhas. Somos responsáveis por organizar remédios caseiros, compartilhar dicas e receitas de cura. Cuidamos de manter as vacinas das crianças e idosas/os em dia, e de levar as pessoas da família à/ao médica/o, ajudar na recuperação de cirurgias. Até dormimos nos hospitais quando é preciso.

Em especial, somos responsáveis por cuidar uma das outras no que se refere a parte reprodutiva de nossas vidas: a menstruação e suas cólicas, os métodos de evitar filhas/os, a gestação, o parto, a amamentação, e, não poderia faltar, os casos de aborto. Além disso, cuidamos das mulheres durante o resguardo e cuidamos das/os recém-nascidas/os, prematuras/os ou não. Para nós, mulheres, o direito à saúde precisa incluir a **conquista de mais tempo para cada mulher poder cuidar de si** e incluir os direitos reprodutivos.

Direitos reprodutivos são os vários direitos de decidir sobre ter ou não ter filhas/os, quando ter filhas/os e quantas/os filhas/os ter. É uma conquista das mulheres de uns cem anos pra cá. Porque por muitos anos se pensou que mulher nasceu para parir. E era até condenado evitar filhas/os. Hoje, pela luta das mulheres, compreende-se que ser mãe não é obrigação das mulheres, mas uma escolha desejada. Para isso temos de ter direitos reprodutivos na prática: direito à informação correta de como evitar filhas/os sem trazer danos à saúde; direito a não ser maltratada na gravidez, no aborto e no pré-natal; direito a escolher como quer o parto, saber dos prós e contras de uma cesárea e o que é gravidez de risco.

O modelo de desenvolvimento ameaça o direito à saúde

O crescimento econômico é importante para o país, mas este não pode ser desenvolvido às custas da saúde e da vida das populações. Por isso que a luta pelo direito à saúde inclui também a **luta por outro modelo de desenvolvimento**. No campo, nas águas e nas florestas crescem as ameaças à saúde por conta de mudanças no modo de produzir alimentos, sobretudo na monocultura. **A produção do agronegócio é diretamente responsável por muitos problemas de saúde**. Um deles é o uso de veneno nas plantações. Este veneno mata primeiro as doenças da plantação, altera e reduz a qualidade dos alimentos produzidos, e mata, aos poucos, a saúde das pessoas, principalmente as que trabalham diretamente com o veneno, ou tem contato indireto, mas frequente, com o veneno, na hora de comer, de beber, de lavar a roupa.

O veneno é uma ameaça ainda maior à saúde das mulheres assalariadas rurais, em

especial as que trabalham no plantio da fruta, da cana, da soja. Também ameaça as mulheres da agricultura familiar, tanto as que moram perto dessas plantações, quanto as que também aplicam veneno em suas roças e cultivos. A terra, o ar e as águas também são afetadas pelo modelo produtivo do agronegócio. A irrigação utilizada nesses plantios desperdiça muita água, derruba matas e florestas, inclusive as matas que protegem as nascentes dos rios, contaminando também as águas que são consumidas no dia a dia pelas pessoas no campo.

O SUS e nossa saúde

Garantir o direito à **saúde é um dever do estado**, isto conquistamos na Constituição Federal de 1988. Significa que, por lei, os governos federal, estadual e municipal, de forma solidária e integrada, têm a obrigação e responsabilidade de garantir o direito à saúde em todo o território do Estado brasileiro. Foi com essa ideia que lutamos e conquistamos o SUS- **Sistema Único de Saúde**.

O SUS é o meio através do qual os governos devem cumprir seu dever de garantir a saúde para toda a população. Para isso o SUS engloba três tipos de ações e serviços. O primeiro tipo é a **promoção à saúde**. Exemplo de ações e serviços que promovem a saúde é a vigilância que o SUS faz da qualidade da água para consumo humano; da qualidade dos alimentos que produzimos, compramos e consumimos; da qualidade e eficácia dos medicamentos e cosméticos vendidos nas farmácias e outros estabelecimentos; dos riscos e agravos que o ambiente do trabalho podem causar à mulher e ao homem; dentre outros. O segundo tipo de ação e serviços do SUS é a **prevenção e controle de epidemias**. Estes se referem, por exemplo, ao combate e controle da dengue, malária, febre-amarela, hanseníase, leishmaniose, e outras. O terceiro tipo de ação é a **assistência ambulatorial, hospitalar e farmacêutica**, conforme a necessidade de cuidado e tratamento de cada pessoa. O atendimento, nesses casos, é feito na Unidade Básica de Saúde (postinho), ambulatórios, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), hospitais, maternidades, casa de partos, farmácias básicas, policlínicas. A saúde da mulher depende da qualidade de todos esses tipos de ações e serviços.

Temos de conhecer as normas do SUS e nossos direitos como usuária para que possamos exigir atendimento adequado e humanizado em qualquer situação, seja para atender uma mulher em trabalho de parto, seja atender uma mulher em situação de aborto. Só assim teremos condições de ter todas as informações para fortalecer a nossa luta desde os nossos municípios para que a saúde aconteça como um direito que temos.

Mas o direito à saúde, não é uma realidade para a maior parte da classe trabalhadora. É por isto que a luta por saúde é parte da Plataforma de Lutas da Marcha das Margaridas. Para defender a melhora do SUS contra a medicina empresarial, que faz da saúde negócio. Os empresários da saúde estão sempre criticando o SUS e querem fazer todo mundo acreditar que só a medicina privada é boa e que o serviço público não presta e nunca vai prestar.

MORTALIDADE MATERNA

A baixa qualidade das ações e serviços no SUS, também no setor privado da saúde, contribui para um frequente problema entre as mulheres: a **mortalidade materna**. Esta refere-se à **morte de mulheres** durante a gravidez, o parto ou aborto, bem como nos primeiros anos após o parto ou aborto. A mortalidade materna no Brasil é alta, e no campo

e na floresta também. Uma parte das mortes maternas vem pelo grande número de cesáreas, em especial nos hospitais privados, que usam a cesárea para conforto do médico e para encarecer os serviços. Nos serviços públicos os maiores problemas são nos partos, a violência obstétrica.

A mortalidade materna deixa milhares de crianças órfãs todos os anos e todas as mortes de mulheres, nestes casos, são mortes que poderiam ter sido evitadas. A violência de médicos e enfermeiras na hora do parto é uma causa importante de morte materna. Os problemas de coração e hipertensão pelo pré-natal mal feito é outro problema. Tem ainda os maus tratos nos casos de aborto, que também matam muitas mulheres. O problema de morte materna é maior entre as mulheres da classe trabalhadora, as mulheres mais pobres, e por conta do racismo contra indígenas e mulheres negras.

Falando em aborto....

Precisamos refletir sobre a injustiça de se maltratar as mulheres que abortam. Este é um assunto condenado por muita gente, mas que é conhecido de todas as mulheres: seja aborto provocado, seja aborto espontâneo, seja aborto em consequência de violência física sofrida pela gestante ou provocado pela pobreza, como nos casos de desnutrição, ou ainda aborto provocado pelo pré-natal mal feito que não ajudou a segurar a gestação. Não importa o motivo: a mulher é sempre condenada!

Mas por que as mulheres abortam? Você já pensou nisso? As mulheres provocam aborto sempre que acontece uma gravidez indesejada e se sentem em situação de desamparo, por desespero, por medo de preconceito, por não ver meios futuros de criar uma criança, por ter sido estuprada – inclusive por homens de sua família. Abortam também para não morrer, quando sabem que a gravidez coloca em risco sua vida, principalmente tendo filhos/as pequenos/as ainda para criar.

No ano de 2009 foi feito um levantamento das mulheres que chegaram ao SUS por conta de aborto. A maioria era bem jovem, entre 19 e 29 anos, já tinha um ou dois filhos, tinha um companheiro fixo e (pasmem!) estavam usando método para evitar. Estudiosos do SUS consideram a possibilidade de falha do método usado, seja por indicação inadequada pelo médico à mulher, ou mesmo a possibilidade de que a mulher o tenha usado de forma errada, porque os serviços de planejamento familiar, em muitos lugares, ainda são muito ruins.

Em muitas relações afetivas, a mulher é obrigada a usar o método de evitar gravidez escondido do parceiro e quando ele descobre obriga ela a ter sexo sem proteção. São muitas as situações, por isso dizemos que nenhuma mulher está livre de um dia precisar abortar, ou mesmo ajudar sua filha, neta, sobrinha a fazer um aborto. Por todas essas razões, a Plataforma de Lutas da Marcha das Margaridas inclui a demanda por atendimento humanizado e de qualidade no SUS para as mulheres que precisaram abortar; nenhuma deve ser punida ou maltratada, nem deixada morrer por ter feito um aborto.

A violência ameaça a saúde das mulheres

A violência sexual tem uma relação direta com a saúde das mulheres, porque faz aumentar os casos de doenças sexualmente transmissíveis, o número de aborto provocado por gravidez indesejada, causa depressão nas mulheres por muitos anos, além dos problemas físicos como fraturas e cortes. A violência contra as mulheres, meninas e moças, tem aumentado nas localidades onde há conflitos de terra, onde há maior pobreza, mas

também onde estão sendo desenvolvidas grandes obras, como hidroelétrica, barragens, estradas, portos e aeroportos e nos locais de mineração. Isso tem a ver com o modelo de desenvolvimento urbano industrial que tem sido levado para o interior do país.

A luta das mulheres trabalhadoras tem sido por transformar o campo e a floresta e as águas em lugar de saúde e não de doenças, respeitando os saberes e práticas tradicionais. Por esta razão a CONTAG, as FETAGs, os STTRs e movimentos sociais do campo estão se mobilizando em defesa da **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**, uma conquista, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde ao final de 2007.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) é a instância máxima de decisão do Sistema Único de Saúde – SUS - de caráter permanente e deliberativo, tem como responsabilidade a deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde e seu orçamento. O Conselho Nacional de Saúde é vinculado ao Ministério da Saúde é composto por representantes de entidades e movimentos representativos de usuários, entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços de saúde, sendo o seu Presidente eleito entre os membros do Conselho. A Presidenta do Conselho Nacional de Saúde atualmente é Socorro Souza da CONTAG, eleita numa conquista histórica da classe trabalhadora.

A luta das mulheres rurais precisa ser também pela **Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: esta política é que pode garantir na prática que as mulheres tenham uma atenção à saúde voltada para a realidade de sua vida e do lugar onde ela vive com o atendimento humanizado às mulheres em todas as fases da vida. O maior desafio atual nesta política, que hoje está focada muito na 'Rede Cegonha', é construir estratégia de ampliar o atendimento e prevenção do Câncer de Útero e de Mama no campo, na floresta e nas águas, uma ação que precisa ser permanente e continuada, pois simples campanhas não garantem a prevenção adequada.

O câncer do colo do útero, também chamado de cervical, pode ser prevenido facilmente no exame preventivo (conhecido também como Papanicolau), e são curáveis na quase totalidade dos casos. Por isso é importante a realização periódica deste exame a partir dos 25 anos de idade. O exame preventivo começa anual, depois de 2 resultados negativos, deve-se seguir com exames a cada 3 anos até os 64 anos de idade. Na terceira idade, para mulheres com mais de 64 anos e que nunca realizaram o exame preventivo, deve-se realizar dois exames com intervalo de um a três anos. Se ambos forem negativos, essas mulheres podem ser dispensadas de exames adicionais, estão fora de risco.

O Câncer de Mama pode ser rastreado por meio do exame clínico da mama, que é o exame de apalpação dos seios, feito anualmente na consulta ginecológica de todas as mulheres a partir de 40 anos de idade. Somente se aparece algum nódulo é que é preciso fazer uma ultrassonografia ou mamografia. Este procedimento é parte da atenção integral à saúde da mulher. A partir dos 50 anos e até os 69 anos, o procedimento é de mamografia anual com o máximo de dois anos entre os exames. Mas atenção: para as mulheres que tem história de câncer de mama na sua família consanguínea é preciso exame clínico da mama e mamografia anual, a partir dos 35 anos.

No caso da prevenção de câncer, o mais difícil no campo, nas águas e na floresta tem sido a garantia de acesso ao diagnóstico nos prazos corretos conforme as idades de cada mulher, e a garantia de acesso ao tratamento e seguimento para todas as mulheres com alterações nos exames realizados.

Nessa luta, também estamos fazendo nossa parte. Como já discutimos no eixo de sociobiodiversidade, sabemos que são inúmeras as experiências agroecológicas de cultivo de plantas medicinais que se constituem em verdadeiras “farmácias vivas” e são estratégias de resistência ao agronegócio e ao lucrativo mercado farmacêutico. O reconhecimento dessas práticas nos vários biomas e territórios deve ser um compromisso do Estado traduzido em políticas públicas e em ações de defesa das suas populações.

É por isso que as mulheres defendem a elaboração e implementação de uma **Política Nacional de Plantas Mediciniais** que respeite, valorize e resgate o conhecimento tradicional, incentive a prática da medicina caseira e garanta o livre acesso às plantas medicinais.

Cobramos ainda a implantação do **Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA)**, como uma ação que contribuirá para a melhoria da saúde e prevenção de doenças de toda a população.

Caminhos a serem percorridos em defesa da saúde pública

Apesar dos mais de 25 anos de sua criação, o SUS - da forma como está organizado nos municípios de pequeno porte e nas comunidades rurais - não atende às necessidades de saúde dos povos do campo, florestas e águas.

A vigilância das águas, dos alimentos, do ambiente do trabalho, dos medicamentos, não é tratada como prioridade.

A prevenção de doenças é dificultada e agravada devido à falta de saneamento básico, do descontrole do desmatamento e das queimadas, etc., mas também pela dificuldade em se manter de forma permanente um processo de educação preventiva em saúde.

A assistência básica melhorou com a construção e ampliação das Unidades de Saúde (UBS, UPA, hospitais). Melhorou, reconhecidamente, o acesso e a qualidade do atendimento com o Programa Mais Médicos, mas ainda faltam unidades de saúde próximas às comunidades rurais. Existe forte dependência das instituições filantrópicas, assistenciais e privadas; os horários de atendimento nas unidades de saúde são incompatíveis para quem trabalha ou mora no campo; as vagas para atendimento diário são insuficientes gerando filas infindáveis; faltam profissionais de saúde no interior do país, sobretudo especialistas; faltam ambulâncias e medicamentos, e a lista de medicamentos disponibilizados para a população é insuficiente.

O financiamento do SUS deve ser prioridade em todas as esferas de governo. A saúde não pode ser encarada pelos gestores e políticos apenas como gasto social: ela gera universidades e forma novos profissionais para o mercado de trabalho, gera empregos, aquece o comércio local, gera cidadania e desenvolvimento para o interior do país.

A saída para melhorar a qualidade dos serviços públicos de saúde, adotada por muitos governos, não deve ser comprar serviços em clínicas, hospitais, laboratórios ou mesmo contratar empresas privadas para fazer a gestão dos estabelecimentos de saúde. Para resgatar a credibilidade do SUS é necessário investir na rede pública de saúde; contratar e investir de forma permanente, mediante concurso público e plano de carreira, profissionais de saúde. É preciso indicar para o cargo de gestores da saúde, profissionais comprometidos com o SUS e com a gestão pública.

É necessário ainda avançar na gestão do SUS, de forma que municípios e regiões atuem de forma planejada e articulada, ampliando as ações e serviços de saúde nas microrregiões

do país, de modo a evitar a migração ou a transferência de pessoas para fora do seu domicílio, superlotando os estabelecimentos de saúde das grandes cidades.

É necessário respeitar a autonomia e o papel dos conselhos de saúde, investindo na formação de conselheiros e lideranças.

É preciso disseminar informação para que a população saiba o que é o SUS, como este funciona, que serviços e ações o município dispõe, qual o direito da usuária e do usuário no sistema.

PARA CONTINUAR CONVERSANDO:

1) E na sua comunidade? Que situações ameaçam o direito à saúde? O modelo de desenvolvimento aí também tem ameaçado este direito? E o SUS? A prefeitura investe na saúde pública ou tem uma posição pela privatização? Tem muitos políticos que são também empresários da saúde?

2) E os direitos reprodutivos? As mulheres têm facilidade de acesso a métodos para evitar filhas/os? Têm casos de violência e maus tratos nos partos ou casos de aborto? Como estão as condições de prevenção do câncer de mama e de útero?

3) Que ações são necessárias para mudar estas situações em sua comunidade, município/região e estado?

4) Como vocês avaliam o acesso das mulheres às políticas públicas de saúde? Vocês têm sugestões para melhoria destas políticas?

EIXO 8 – DEMOCRACIA, PODER E PARTICIPAÇÃO

Há várias maneiras de compreender o que é democracia, mas todas elas têm a ver com uma mesma coisa: a forma de exercer o poder. Assim, ao falar de democracia estamos sempre falando sobre quem decide, quem pode participar dos espaços de poder e que o exerce. Poder de decidir os rumos do país, da comunidade, do movimento, do partido. E da família também. Falamos de democracia na casa e na política. Tratamos do poder popular e da participação política das mulheres.

Muita gente defende a ideia de que basta ter eleições para ter democracia. É verdade que as eleições fazem a grande diferença entre uma democracia e uma ditadura. Mas não basta ter eleições. Para o feminismo, a participação das mulheres é uma condição importante para a democracia e por isso aponta para uma das contradições de nosso tempo: a pouca presença das mulheres nos espaços de poder. Somos uma grande minoria na direção dos partidos, dos movimentos, dos governos. Estamos sub-representadas nas câmaras de vereadores e no congresso nacional, no judiciário.

Antes éramos proibidas de votar e é verdade que esta situação mudou pela força da luta das mulheres. Mas as regras para a disputa do poder são feitas principalmente pelos homens e ainda favorecem mais a participação masculina, e ainda mais os homens brancos e das classes de proprietários.

Já foi pior: houve um tempo que somente podiam votar homens que tivessem grande número de propriedades e determinado valor de fortuna. Além disso, pessoas que não soubessem ler não podiam votar. Deste modo, mulheres e homens da classe trabalhadora, do campo e da cidade, população indígena e a população negra, antes escravizada, estavam todas e todos excluídas/os e proibidos de atuar na política. Ou seja: o direito de atuar nos espaços de poder era apenas para poucos, para a elite masculina, proprietária e branca.

É para mudar esta forma de exercer o poder e para fortalecer a participação política das mulheres, negras, indígenas, do campo, das águas e das florestas que a Marcha das Margaridas coloca em sua plataforma de lutas um eixo sobre democracia, poder e participação.

Reformar o sistema político para mudar a sociedade do jeito que a gente quer

Mesmo hoje, depois de muita luta política do povo, depois da conquista do voto universal (para todas as pessoas), a nossa democracia ainda é muito excludente. Basta olhar o Congresso nacional e ver que a maioria das pessoas que ocupam cargos ali são proprietários ou aliados de grandes empresários. Isto acontece porque a lei permite que empresas e empresários financiem campanhas políticas. Assim o resultado das eleições fica definido pelo poder econômico e não pela vontade popular. Além disso, como as empresas de jornais, rádio e TV estão na mão de empresários, as candidaturas da classe trabalhadora tem menos oportunidade de apresentar suas propostas e ideias. Ao mesmo tempo, a mídia empresarial apoia os seus próprios candidatos, esconde erros destes e lança denúncias e questionamentos somente sobre as candidaturas do povo. Essa situação gera a concentração de poder apenas no empresariado. É o que chamamos de democracia burguesa, porque favorece mais a burguesia e seus interesses.

O resultado das eleições de 2014 mostrou bem esse problema: temos o Congresso cada dia mais conservador, que atua contra os direitos do povo, que é defensor dos interesses

empresariais e contra os direitos humanos, contra as políticas públicas sociais, e atua para privatizar tudo: as terras, as águas, a saúde, a educação. Tudo é transformado em mercadoria, em negócio e fonte de riquezas para alguns, gerando desigualdades e mais injustiças para a maioria da população.

A Marcha das Margaridas convoca a todas as mulheres rurais, do campo, das águas e das florestas a engajar-se na luta por uma reforma do sistema político para mudar o funcionamento de nossa democracia.

O Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais participa de dois movimentos que se mobilizam pela reforma do sistema político brasileiro são: o MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. No início de 2013, os dois movimentos, junto com OAB e CNBB, constituíram a Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, que elaborou um Projeto de Lei de iniciativa popular para reforma política, assinado por mais de 100 organizações sociais.

O Projeto tramita na Câmara dos Deputados com o número **PL 6316/2013**. Trata-se de nossa contra proposta à reforma que uma maioria de parlamentares propõe para o país e que somente alimentará a corrupção e manterá a sub-representação nos poderes legislativo e executivo.

Os principais eixos do projeto são: fim do financiamento de campanha de pessoa jurídica (de empresas); sistema eleitoral proporcional em dois turnos (primeiro vota no programa dos partidos e depois não/os candidatos); alternância de gênero nas listas partidárias dos partidos (paridade) e fortalecimento da democracia direta ou participativa (assegurar maior efetividade da participação popular por meio de plebiscito e referendos). Nossa missão é coletar 1,5 milhão de assinaturas por todo Brasil em apoio ao Projeto de Lei.

A outra ação, realizada em 2014, foi o **Plebiscito Popular por Uma Constituinte Exclusiva Soberana do Sistema Político**, que consultou mais de 7 milhões de brasileiros. A pergunta era: **Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político?** A proposta é a formação de Assembleia Constituinte composta por deputados eleitos pelo povo com o dever de elaborar novas regras para o Sistema Político. O resultado da consulta pública foi entregue ao Congresso Nacional.

Fazer uma reforma política democrática exige muito mais do que algumas mudanças no sistema partidário-eleitoral, vigente no país. É mudar tudo do nosso sistema político, desde as emendas parlamentares ao orçamento, até a forma de definição das/os dirigentes de altos cargos públicos, que é profundamente permeado por mecanismos clientelistas. Pensar a participação das mulheres apenas considerando os espaços de poder, tal qual existem hoje, restringe o alcance da mudança que desejamos. Trata-se de democratizar o Brasil, tarefa na qual, as mulheres têm muito a contribuir, a partir dos horizontes utópicos do feminismo e da política. E para que se faça um país realmente democrático, há que romper com as desigualdades, discriminações vivenciadas pelas mulheres, em particular pelas mulheres negras, indígenas, do campo e da floresta, trabalhadoras domésticas, lésbicas, com deficiência, jovens e idosas.

No ano de 2014 o povo avançou muito em suas lutas construindo a proposta de um **Plebiscito Popular para a Reforma do Sistema Político**. Mas cuidado: a burguesia agora também quer reforma política, mas uma reforma que concentre ainda mais poder em suas mãos. A burguesia é contra a participação popular nos conselhos e conferências, contra plebiscitos para decidir assuntos importantes como privatizações. O empresariado do campo e industrial e seus representantes no Congresso são contra paridade e voto em

lista, não querem democratizar a mídia nem o judiciário. É preciso fechar questão em torno da proposta popular de reforma política, com fim de financiamento de empresas nas campanhas, com paridade nas listas de votação.

Democracia e participação para todas as mulheres

Se a participação das mulheres nos espaços políticos tem sido limitada e mesmo impedida, no caso das mulheres jovens a situação é mais grave. Consideradas como seres “em formação”, como em “preparação” para a entrada no mundo adulto, as jovens do campo sofrem com a discriminação e exclusão, que tem início no seio da unidade familiar e se manifestam fortemente nos sindicatos, partidos políticos, conselhos, etc. O protagonismo político das mulheres jovens é adiado para um futuro indefinido, que se apoia na noção de “vir a ser”, dimensão que marca o olhar social e cultural sobre a juventude. Desse modo, as jovens mulheres são destituídas da condição de sujeitos políticos no presente, e suas opiniões, seus projetos individuais e coletivos não são valorizados.

Atualmente podemos constatar a participação das jovens trabalhadoras rurais nos espaços políticos, como resultado da luta histórica de diferentes gerações de mulheres feministas e da organização política das jovens.

Democracia começa em casa

No tema da repartição do poder, as mulheres logo denunciaram a falta de democracia em casa. Muitos anos atrás só os homens podiam ser chefes de família e a eles as mulheres deviam obediência. Era o tempo da família patriarcal. Com a luta das mulheres isso foi mudando e hoje, na lei, marido e mulher fazem a chefia compartilhada na família, uma conquista. A luta das mulheres rurais conquistou também titulação conjunta da terra, onde estão nomes do homem e da mulher como proprietárias/os, como os mesmos direitos. Mas na prática ainda não há total democracia nas famílias rurais, e nem das cidades. Os homens ainda resistem para dividir o poder de decidir sobre a família e as/os filhas/os, a terra e todas as posses da família. Mas nós mulheres resistimos e lutamos cada dia mais, enfrentamos os conflitos nas nossas famílias.

Democracia se faz na luta

No MSTTR, a conquista de mais participação e poder para as mulheres e a luta por mais democracia no movimento também tem sido longa. Nos anos 1970, no Brasil, mulheres rurais ocuparam sindicatos na luta pelo direito a ser sindicalizadas, reivindicação que se ampliou depois para conquistar voz e voto nos sindicatos e depois para conquistar cotas para os espaços de direção no MSTTR. A luta agora é por paridade.

Paridade na política sindical quer dizer que mulheres e homens devem ter as mesmas condições de participar politicamente, de ocupar espaços de poder no MSTTR. Paridade significa possibilitar que homens e mulheres tenham oportunidade de aprender, crescer e se formar nos estudos e debates políticos, nas instâncias de decisão do movimento sindical.

Na década de 90, a política de cotas foi implantada no MSTTR, garantindo a participação das mulheres nos cargos de direção da Contag e esta deliberação foi estendida a todas as instâncias do movimento sindical. Um amplo debate antecedeu esta deliberação. As mulheres perceberam e assumiram a necessidade de adotarem políticas afirmativas, para que sua participação fosse qualificada e que tivessem igualdade de condições em relação

aos companheiros.

Foram conquistas importantes nesta luta pela adoção da política de cota de no mínimo 30% de mulheres nas direções e instâncias deliberativas do MSTTR – diretorias, conselhos e congressos, e de 50% em cursos de capacitação. Essas condições foram asseguradas nas deliberações de Congresso, mas precisaram de uma jornada de lutas intensa e cotidiana, para que fossem cumpridas. Tanto que a cada Congresso essas questões precisam ser reafirmadas.

Hoje a luta é pela paridade, porque sabemos que no dia a dia os homens têm mais condições de participação que as mulheres. Eles têm mais tempo livre e tem mais apoio político e financeiro da família e da direção do movimento, que é formada principalmente por homens. Por isso os homens, mesmo com pouco preparo e experiência tem mais chances de participação política que as mulheres. Muitas vezes, nós, mulheres, mesmo quando somos mais preparadas do que muitos companheiros, não conseguimos avançar em participação nas direções.

O poder das mulheres nasce de sua própria organização.

Sem organização nós, mulheres, ficamos fracas e isoladas cada qual na sua família, na sua comunidade, no seu sindicato, sofrendo os problemas, a exploração, a discriminação, a violência e a injustiça, sem poder fazer quase nada, apenas tendo a força de resistir. Porque sozinhas somos mais fracas e juntas somos mais fortes.

Quando as mulheres rurais se organizaram em movimentos, em grupos, em coletivos elas se tornaram uma força política reconhecida e respeitada pelos outros. Assim conseguimos ter mais voz, ser mais ouvidas, conseguimos fazer mais barulho quando protestamos e conseguimos mais força para mudar as coisas em casa, no sindicato e ter mais poder para negociar e conquistar políticas públicas que garantam nossos direitos na prática.

A Marcha das Margaridas é um exemplo desta força política, que nasce da organização das mulheres rurais. Uma força política que dá vez e voz às mulheres, visibilidade e poder de fazer mudanças. Foi pela organização das mulheres que conseguimos o direito a ser sindicalizadas, a Criação de Comissões/Coordenações/Secretarias de Mulheres em âmbito nacional, estadual e municipal. Alcançamos crescente mobilização e participação qualificada das mulheres nas Marchas das Margaridas e em ações de massa, como o Grito da Terra Brasil; fizemos a mobilização das mulheres jovens nos Festivais Nacionais da Juventude; realizamos a renovação da agenda sindical e incorporação de novos temas e conteúdos, às pautas de reivindicações do MSTTR, dentre eles, o enfrentamento à violência contra as mulheres, saúde, sexualidade e direitos reprodutivos, autonomia econômica e organização produtiva, acesso à terra, soberania e segurança alimentar, sucessão rural, com foco na dimensão patriarcal e sexista.

Hoje é bem maior a atuação das trabalhadoras rurais no PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, na proposição, negociação de políticas públicas e nos espaços de concepção, gestão e controle social; temos mais participação e representação política nos espaços de formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Neste caso, destaca-se a participação em Conferências (Política para as Mulheres, Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Segurança e Soberania Alimentar e outras) e Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais (Direitos da Mulher – CNDM, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, dentre outros)

Mas ainda temos muitos Desafios

Sabemos que ainda há muito que conquistarmos, que os desafios são muitos. Queremos fortalecer a participação política das mulheres nos diferentes espaços tanto internos, garantindo a paridade de representação e exercício do poder nos diversos espaços políticos do próprio movimento sindical, quanto no diálogo com o poder público e com outros movimentos e organizações. Pretendemos dar continuidade aos debates referentes ao processo da reforma e democratização do sistema político brasileiro, assim como contribuir com os debates de definição de estratégias de atuação no processo de definição e aprovação do orçamento da União - Plano Plurianual (PPA).

PARA DEBATER MAIS:

- 1) Na sua comunidade e município, como está a participação e a organização das mulheres? Elas têm participado de maneira decisiva nas associações cooperativas, sindicatos, conselhos, dentre outros espaços?

- 2) O que podemos fazer para dar mais vez e voz para as mulheres e fortalecer nossa participação?

- 3) Vocês concordam com a proposta dos movimentos sociais de reforma do sistema político? O que vocês destacam como importantes questões que precisam ser revistas neste sistema? Vocês têm propostas para a melhoria do sistema político e para ampliar a participação das mulheres desde suas comunidades, sindicatos, e demais outros espaços políticos?